



Foto de Armin Wegner



FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

**O papel do Genocídio Arménio na preservação da
identidade nacional da diáspora arménia**

Artem Ivanovych Gabovsky

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais - Estudos da Paz,
Segurança e Desenvolvimento

Junho, 2020



O papel do Genocídio Arménio na preservação da identidade nacional da diáspora arménia

Artem Ivanovych Gabovsky

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais - Estudos da Paz,
Segurança e Desenvolvimento, realizada sob a orientação científica da
Professora Doutora Sarah Carreira da Mota

Junho, 2020

***Як ліки не завжди приємні,
так і істина буває сувора¹***

- Григорій Сковорода

¹ Aforismo do filósofo de origem ucraniana Gregory Skovoroda - “Assim como os medicamentos nem sempre são agradáveis, a verdade por vezes também é dura” (Tradução livre do autor).

Agradecimentos

Esta dissertação simboliza o fim de mais uma etapa académica.

Antes de mais gostaria de agradecer à Professora Doutora Sarah da Mota, cujas sugestões me permitiram organizar a dissertação de uma forma mais fluida.

Um especial agradecimento aos Professores Doutores Pascoal Santos Pereira e Alexandre de Sousa Carvalho pela sua visão crítica e disponibilidade ao longo deste mestrado.

Por último, quero dizer um obrigado às pessoas que estarão sempre em primeiro lugar – a minha família. Acima de tudo, por acreditarem em mim, num percurso que não foi fácil por diversas razões. Aproveito para realçar o esforço dos meus pais, aos quais agradeço para sempre tudo o que têm feito por mim. Certamente irei retribuir, pois a vós devo tudo!

Resumo

A diáspora arménia é um importante fenómeno migratório do século XX formado pelo conjunto de arménios étnicos que residem fora da República da Arménia e que se autoidentificam como arménios. Esta dissertação tem como principal objetivo observar qual o papel do Genocídio Arménio na preservação da identidade nacional da diáspora arménia, numa investigação que busca contribuir com uma abordagem mais compreensiva da diáspora arménia, interligando os conceitos de temporalidade, memória e identidade com as dinâmicas de poder transnacional.

Com o declínio do paradigma realista no pós-Guerra Fria, reforçado pelo fenómeno da globalização, a agenda de atores como a diáspora ganhou uma importante dimensão transnacional. Considerando a sua evolução particular no âmbito das Relações Internacionais contemporâneas, diásporas como a arménia exigem uma contextualização histórica e um enquadramento teórico-conceitual mais aprofundados do que tem sido feito até agora pela literatura, de forma a estimular uma melhor compreensão deste complexo fenómeno migratório, histórico, social e também político.

Entre os diferentes tipos de diáspora existentes, é o seu processo de formação diferenciado que permite categorizar mais especificamente a diáspora arménia. As causas, os principais períodos e destinos da emigração arménia no século XX desempenham nomeadamente um papel crucial nessa categorização. Apesar do Genocídio Arménio ter ocorrido no Império Otomano há mais de um século atrás, é fundamental para esta investigação observar justamente qual a sua relação não só com as origens da diáspora arménia, como a sua evolução e afirmação ao longo do século XX até aos dias de hoje. A sociologia histórica possibilita aqui uma perspetiva mais ampla das motivações e dos processos que levam a diáspora arménia a exigir tão ativamente o reconhecimento do genocídio, até agora negado pela Turquia.

Através de uma abordagem que desconstrói os diferentes processos psicossociais, históricos e de poder da diáspora arménia, esta dissertação torna visível a ideia de continuidade subjacente à identidade nacional arménia que a memória coletiva dos sobreviventes do Genocídio, transmitida de geração em geração, permitiu preservar. No entanto, observam-se efeitos colaterais da diáspora

sobre a identidade nacional arménia, em particular económicos, que acentuam progressivamente a dependência do Estado arménio ao encontro da diáspora.

Palavras-chave: Identidade nacional; diáspora; Genocídio Arménio; sociologia histórica; transnacionalismo

Abstract

The Armenian diaspora is an important migratory phenomenon of the 20th century formed by ethnic Armenians living outside the Republic of Armenia who identify themselves as Armenians. The main goal of this dissertation is to observe the role of the Armenian Genocide in the preservation of the national identity of the Armenian diaspora. This research seeks to contribute to a more comprehensive approach of the Armenian diaspora, by interrelating the concepts of temporality, memory and identity with the dynamics of transnational power.

With the decline of the Realist paradigm in the post-Cold War period, reinforced by the phenomenon of globalization, the agenda of actors such as the diaspora has acquired an important transnational dimension. When considering their particular evolution in contemporary International Relations, diasporas such as the Armenian require a more in-depth historical contextualization and theoretical-conceptual framework than what has been done so far by the literature, in order to stimulate a better understanding of this complex migratory, historical, social and also political phenomenon.

Given the different types of diaspora, the Armenian diaspora may be differentiated according to its formation process, which allows for a more specific categorization. The causes, main periods and destinations of Armenian emigration in the 20th century play a crucial role in this categorization. Although the Armenian Genocide occurred in the Ottoman Empire more than a century ago, it is fundamental to this research to observe precisely how it relates not only with the origins of the Armenian diaspora, but also to its evolution and affirmation throughout the 20th century until nowadays. Historical sociology thereby provides a broader perspective of the motivations and processes that have led the Armenian diaspora to demand so actively the recognition of the genocide, so far denied by Turkey.

Through an approach that deconstructs the different psychosocial, historical and power processes of the Armenian diaspora, this dissertation makes visible the idea of continuity underlying the Armenian national identity that the collective memory of Genocide survivors, passed down from generation to generation, has preserved. However, particular side effects of the diaspora on Armenian national identity may be

observed, namely economic, which progressively accentuates the dependence of the Armenian state on the diaspora.

Keywords: National identity; diaspora; Armenian Genocide; historical sociology; transnationalism

Índice

Introdução	1
1. A diáspora	12
1.1. O conceito de diáspora.....	13
1.2. A diáspora face às Relações Internacionais.....	16
1.3. Contextualização histórica: a Velha e a Nova diáspora	21
2. A memória do Genocídio como constitutiva da identidade arménia	30
2.1. Identidade nacional – uma perspetiva teórica	31
2.2. Genocídio: uma visão conceptual	34
2.3. A memória coletiva	35
2.3.1. A memória do Genocídio Arménio	36
2.4. A negação do Genocídio	41
2.4.1. A negação da identidade nacional – o caso da Turquia	44
2.4.2. O posicionamento internacional face ao Genocídio Arménio	47
2.5. A continuidade sócio-histórica: a importância do fator temporal	49
2.5.1. Olhando para o caso de Nagorno-Karabakh.....	50
3. Análise política: relações assimétricas de poder	54
Conclusão	62
Lista de Referências Bibliográficas	65

Índice de figuras

Figura 1 - Mapeamento geográfico da deportação e dos massacres durante o Genocídio Arménio	4
Figura 2 - Mapa da Transcaucásia - identificação da região de Nagorno-Karabakh	26
Figura 3 - Distribuição geográfica da diáspora arménia.....	28
Figura 4 - Estimativa do número de vítimas mortais resultante dos massacres étnicos da primeira metade do século XX	42
Figura 5 - Apoio económico norte-americano à Nagorno-Karabakh	56
Figura 6 - Idade mediana da população na Arménia	57
Figura 7 - Remessas de emigrantes arménios no período 1995-2015	58

Lista de Siglas e Acrónimos

AAA	Armenia Assembly of America (Assembleia Arménia da América)
AGBU	Armenian General Benevolent Union (União Geral Arménia de Beneficência)
ANCA	Armenian National Committee of Armenia (Comité Nacional Arménio da América)
ASALA	Armenian Secret Army for the Liberation of Armenia (Exército Secreto Arménio para a Libertação da Arménia)
EUA	Estados Unidos da América
FRA	Federação Revolucionária Arménia
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

O período compreendido entre a assinatura do Tratado de Berlim (1878) e o estabelecimento da República de Artsakh² constituem o intervalo temporal e histórico de observação do povo arménio nesta dissertação. É pois no Império Otomano que vigora no século XIX, que se identifica o primeiro grande apelo internacional das minorias étnicas que o habitavam, inclusive os arménios. O fator que motivava a crueldade por parte dos otomanos consistia principalmente na religião, sendo que o Império Otomano era regulado pela lei islâmica. Assim, as minorias cristãs eram alvos de desigualdade social e constante violência (Braude e Lewis, 1982: 30-33). O conhecimento destes factos pelos Estados mais poderosos como o Império Russo motivou a sua intervenção, originando a Guerra Russo-Turca. A vitória do Império Russo deu origem ao Tratado de Berlim assinado em 1878 e à reorganização geopolítica do Império Otomano (Ergener, 2002: 98-100), declarando a independência de territórios integrantes do Império Turco – Roménia, Sérvia e Montenegro – bem como a autonomia búlgara (Spielvogel, 2014: 756). Mesmo com a desejada vitória russa, a independência arménia não foi incluída no Tratado de Berlim, como aconteceu com as outras minorias étnicas cristãs do Império Otomano (Dadrian, 2003:106). A insatisfação arménia com o seu *status quo* e o seu tratamento desumano apenas encontraram promessa de reformas que viriam a mudar a situação dos arménios otomanos.

Neste contexto, surge a seguinte questão: o que diferencia os arménios das outras minorias que conseguiram a pretendida independência? Uma explicação possível reside no receio por parte do Reino Unido – parte constitutiva do Tratado de Berlim – de uma Arménia independente cair na esfera de influência russa, tendo em conta a forte ligação pré-estabelecida entre as partes (Kirakosian, 2003: 340). Contudo, os pontos acordados no Tratado de 1878 de pouco ou nada serviram aos arménios otomanos, não existindo quaisquer reformas que melhorassem o dia-a-dia desta minoria étnica. Assim, este assunto foi designado internacionalmente como a Questão Arménia, simbolizando a ineficácia do Tratado de Berlim em satisfazer as pretensões sociais, securitárias, e posteriormente territoriais arménias (Ter-

² Denominação atribuída pelos arménios à região *de facto* independente de Nagorno-Karabakh.

Petrossian, 2017: 28). Desiludidos com este facto, os arménios decidiram agir por conta própria, dando nova expressão à manifestação dos seus objetivos. Surgiram assim, nas últimas décadas do século XIX, um conjunto de partidos, sendo o mais notável a Federação Revolucionária Arménia (FRA). Este partido, nacionalista e socialista, tinha uma visão bastante mais radical, comparativamente com a manifestação anterior do desagrado arménio. Ataques armados por grupos revolucionários arménios e atos terroristas no Império Otomano são exemplos disso (Harutyunyan, 2009: 49).

Entretanto, a situação apenas piorou. Entre 1894 e 1896 durante o sultanato de Abdul Hamid II³, e em 1909 após a tomada de poder dos Jovens Turcos, estima-se que os massacres vitimaram meio milhão de arménios otomanos (Lowery e Freedman, 2017: 12). É curioso o facto de que a Revolução dos Jovens Turcos em 1908 era vista com otimismo pelos arménios, nomeadamente pelo partido FRA, que manifestava diretamente o seu apoio a este movimento (Hovannisian, 1997: 229). Contudo, após assumir o poder e observar o crescimento de demonstrações independentistas e nacionalistas da minoria étnica arménia, assim como confrontos étnicos entre arménios otomanos e muçulmanos, a situação tornava-se crítica para os arménios. A liderança turca sentia que a integridade do seu império estava sob ameaça. Recomeçavam assim os massacres dos arménios, assim como o apagamento de todo o seu "rasto" – destruição de bairros, maioritariamente habitados por arménios otomanos – orquestrados pelos Jovens Turcos de forma a proteger a integridade do Império Otomano. Adicionalmente, ganhava força a ideologia do panturquismo, ideologia que procurava unir no território otomano todos os povos que partilhassem a identidade nacional turca, com o objetivo de formar uma nação etnicamente e religiosamente homogénea (Libaridian, 2004: 142). As minorias étnicas, entre elas a arménia, eram descartadas deste plano pelos Jovens Turcos.

Apesar disso, milhares de arménios otomanos faziam parte das forças armadas do Império Otomano. Já no decorrer da Primeira Guerra Mundial, entre o final de 1914 e meados de 1915, o confronto com o Império Russo foi um total fracasso para os otomanos. Para justificar o insucesso, a culpa foi atribuída aos arménios

³ Abdul Hamid II foi um sultão que esteve no poder do Império Otomano entre 1876 e 1909, tendo sido afastado do trono pelos Jovens Turcos. O seu sultanato ficou marcado pela sua atitude implacável com os arménios otomanos revoltados com a sua situação precária no Império Otomano. O massacre desta minoria étnica liderado por Abdul Hamid II durou cerca de dois anos (Jasinski, 2017: 53-54).

otomanos. Os armênios otomanos eram vistos como o "bode expiatório" conveniente nesta situação. Para além das suas pretensões de se separar do Império Otomano, foi criado um pretexto para prosseguir com a estratégia panturquista (Erickson, 2001: 96-97). Além de mais, os outros Estados, como a Grã-Bretanha e o Império Russo, que anteriormente (1878) ainda conseguiam de alguma forma monitorizar e gerir o *status quo* dos armênios otomanos, estavam totalmente focados na Primeira Guerra Mundial (Harutyunyan, 2009: 51-52). O momento para a discussão deste tema não era o mais oportuno.

No dia 24 de abril 1915, o Império Otomano, sob liderança dos nacionalistas Jovens Turcos, procedeu a uma deportação e aniquilação em massa dos armênios, representadas na Figura 1, sob a justificação de traição desta comunidade durante a Primeira Guerra Mundial. Estas atrocidades bárbaras e desumanas terminaram apenas por volta de 1923 e estima-se que nesse intervalo tenham causado mais de um milhão e quinhentos mil mortos (Hovannisian, 1971: 11-12). Estas estatísticas, posicionam o Genocídio Arménio como um dos momentos mais negros da história da humanidade ao lado do Holocausto e Holodomor⁴ (De Zayas, 2010: 3-7). A data de 24 de abril tornou-se um símbolo nacional⁵, sendo comemorada anualmente nos locais de concentração étnica arménia (Panossian, 2006: 368-372).

É importante referir que, nesse período, para além de estar a decorrer a Primeira Guerra Mundial, o intervencionismo ou ingerência humanitária não eram prática comum (Avedian, 2019: 32-39). Ainda que os Estados Unidos da América (EUA) tivessem conhecimento das atrocidades que estariam a acontecer, notificados pelo seu embaixador no Império Otomano, nada pôde ser feito para contrariar os mesmos, dada a época de guerra (Morgenthau, 2018: 3-34).

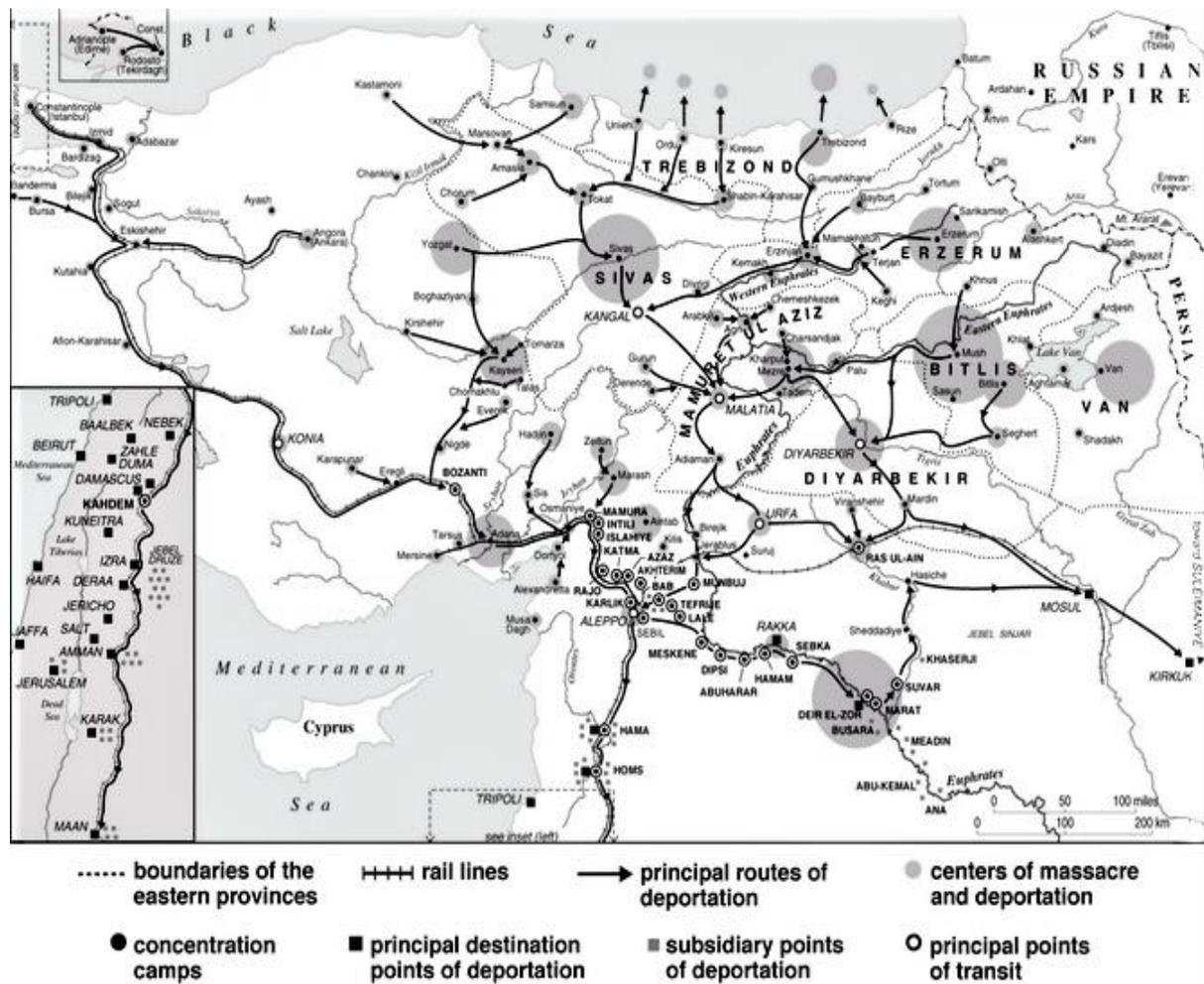
Ainda no decorrer da guerra, os armênios, em colaboração com os russos ocuparam uma parcela oriental do Império Otomano. Aproveitando a revolução na Rússia e a retirada das suas tropas, os armênios estabeleceram nessa região uma

⁴ Designação atribuída às mortes em massa, nomeadamente na República Socialista Soviética da Ucrânia durante o governo de Estaline. Estima-se que entre 1932-1933 morreram de fome cerca de 4 milhões e 500 mil pessoas apenas no território da atual Ucrânia na sequência da economia planificada e produção redistributiva da URSS. É reconhecido internacionalmente por um conjunto de Estados como genocídio (Institute of Demography and Social Studies of the Ukrainian National Academy).

⁵ Elemento fundamental para a identidade nacional dos indivíduos. Pode assumir a forma de bandeira, memória, mito, etc. Coletivamente tem o efeito de unir as pessoas que se identificam com o símbolo nacional (Smith, 2009: 63-64).

nova república. Em 1918, foi constituída a República Democrática da Arménia, liderada pelos membros do partido FRA. Todavia, a primeira tentativa dos arménios de constituir um governo independente não durou mais do que um par de anos. No final de 1920, os arménios já faziam parte do mundo soviético, integrando o seu sistema governamental (Hovannisian, 1967: 45-53).

Figura 1 - Mapeamento geográfico da deportação e dos massacres durante o Genocídio Arménio



Fonte: Instituto Nacional Arménio, 1998 (Washington, D.C.); baseado nos mapas elaborados por Kevorkian e Van Laue para a Biblioteca Noubar e Khanzadian para a Delegação Nacional Arménia.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a assinatura do Tratado de Sèvres entre o Império Otomano e os países vencedores, foi acordado que seria concedido um território aos arménios no leste do Império (Hille, 2010: 151-152). Esta redefinição fronteiriça foi elaborada pelo presidente dos EUA, Woodrow Wilson. Entretanto, tal tratado nunca foi ratificado (Ter-Petrossian, 2017: 121). Em 1923, foi assinado outro

tratado em Lausana, anulando o anterior, confirmando o *status quo* e os limites fronteiriços da já independente Turquia. Este Tratado não previa a concessão de terras para o estabelecimento de uma Arménia independente (Robertson, 2006: 300-303). Após o sucedido, foi iniciada uma luta pelo domínio político junto da diáspora arménia. Entre os vários partidos políticos existia um conjunto de divergências ideológicas e religiosas, entre outras. A influência partidária junto da diáspora arménia acabou por se dividir em duas partes. Uns simpatizavam com o sistema soviético, enquanto que outros, como a FRA, apoiavam a proximidade com o Ocidente (Suny, 1993: 223). Já noutra vertente, também houve rivalidade entre os centros religiosos da Igreja Apostólica Arménia⁶, cada um apoiado por forças políticas distintas (Libaridian, 2004: 24). Foi dada continuidade a este processo durante o paradigma bipolar na segunda metade do século XX.

A história arménia está marcada por muitos momentos em que os seus antepassados foram massacrados ou estiveram em perigo de o ser. Apesar da sua homogeneidade, a nação arménia encontra-se hoje bastante dispersa. Em termos étnicos, a maior parte da sua população reside fora da República da Arménia. Estima-se que aproximadamente 6 milhões de arménios fazem parte da diáspora, em comparação com cerca de 3 milhões residentes no país que tem Yerevan como capital (Kuznetsov, 2006: 129). Esta última particularidade é um reflexo das diversas fases históricas da formação da diáspora arménia. A categorização de uma determinada diáspora depende principalmente do seu processo de formação. A definição do conceito de diáspora tem sofrido alterações ao longo dos diferentes períodos históricos (Cohen, 1996: 507-508). A globalização é um dos fenómenos que influenciou mais recentemente a redefinição da noção de diáspora. Neste sentido, com o fim do paradigma bipolar houve um reforço da ligação entre o país de origem, a diáspora e o país onde esta se estabeleceu (Hägel e Peretz, 2005: 469-471). O conjunto destas dinâmicas de estreitamento de laços entre as três partes designa-se transnacionalismo, processo que só se tornou possível com a mudança do Sistema Internacional após o fim da Guerra Fria (Evangelista, 2018: 21). A configuração anterior tinha como ator central o Estado (Waltz, 1979: 68), cuja capacidade de

⁶ Nesse período, a diáspora também se dividiu em termos religiosos. Enquanto que a FRA e os seus apoiantes consideravam a Grande Casa da Cilícia (Libano) como o seu verdadeiro centro religioso, a outra parte aprovava a Santa Sé de Echmiadzin (República Socialista Soviética da Arménia) como a legítima representante da Igreja Apostólica Arménia (Libaridian, 2004: 24).

acumulação de poder não permitia a atores não-estatais ter voz numa estrutura internacional tão restrita (Donnelly, 2000: 81). Com base nisto, é discutido se foi a mudança do Sistema Internacional que permitiu aos atores não-estatais obter a importância atual ou se estes agentes conseguiram influenciar a transformação da estrutura.

Todavia, neste novo contexto globalizado, presumia-se que seria complicado para os emigrantes evitar a assimilação identitária. Neste processo, a memória tem um impacto antagónico (Agnew, 2005: 200), pois os emigrantes, para além da sua própria memória, guardam e compartilham entre si a memória dos seus antepassados. Este tipo de memória coletiva, apesar de não apresentar estabilidade ao longo do tempo e representação fatural dos acontecimentos do passado, preserva a identidade nacional (Halbwachs, 1990: 27). Nesta perspetiva, a memória coletiva funciona como um símbolo da identidade nacional, semelhantemente a um hino ou bandeira nacional. Segundo Maurice Halbwachs, um sociólogo que desenvolveu diversos estudos sobre a memória coletiva: “a memória emerge de um grupo que ela une” (*ibid.*). Como será demonstrado ao longo desta dissertação, esta reconstrução social contínua da memória é uma das bases da existência de uma diáspora (Hickman, 2005: 119-120). De igual modo, a memória coletiva poderá ter ainda um efeito mobilizador da diáspora (Clifford, 1994: 302). A lógica de continuidade entre dinâmicas distantes temporalmente com base na memória coletiva exige uma contextualização e análise sócio-histórica dos elementos em causa. Esta ótica busca antes de mais compreender a relevância dos acontecimentos do passado e a sua relevância posterior no tempo. Independentemente de existir ou não uma ligação, a posição da diáspora relativamente a um determinado assunto pode ser influenciada.

Paralelamente com a lógica de assimilação e nacionalismo, existem Estados onde a identidade nacional das minorias étnicas é forçosamente negada. Paradoxalmente, esta negação tem geralmente uma resposta contrastada. A oposição ou negação dessa posição mobiliza a diáspora, definindo a outra parte como seu inimigo comum (Cohen, 2001: 68). Apesar deste processo fortalecer a identidade nacional da diáspora, devemos admitir a possibilidade da sua instrumentalização por atores que beneficiarão com as dinâmicas resultantes (Gellner, 1983: 24).

Por sua vez, podemos destacar alguns acontecimentos que determinam a descontinuidade sócio-histórica, entre estes o Genocídio Arménio assume um papel

central nesta dissertação. Alessandro Cavalli (2004: 116) designa-os por “eventos cruciais”. Estes eventos marcam significativamente a vida das pessoas. Abre-se assim uma nova página para uma diáspora cuja identidade tem estado em perigo. A justificação por parte de historiadores de que o genocídio ocorreu sem ingerência direta internacional devido ao formato de Sistema Internacional da época e contexto de guerra é discutível. Ainda antes do Tratado de Berlim (1878), as grandes potências europeias tinham conhecimento do que estava a acontecer no Império Otomano. Os interesses nacionais prevaleceram sobre o sofrimento humano (Hovannisian, 1997: 209). Relativamente a esta questão Vahakn Dadrian afirma:

The European Powers, who defeated the Turks time and again on the battlefield, were unable or unwilling to prevent this mass murder. Of even more consequence, they failed to secure punishment of the perpetrators in the aftermath of the war despite the commitment they publicly had made during the war to do so. The events of that time have subsequently slipped into the shadows of world history, thus gaining the title - the forgotten genocide (Dadrian, 2003: xviii).

Assim, embora houvesse resquícios de esperança e expectativa de algum tipo de castigo, reconhecimento ou retribuição, a ausência de qualquer resposta internacional à situação dos arménios marca o ponto de partida para a sua perceção de que estavam por conta própria.

Por sua vez, o transnacionalismo viabiliza que uma diáspora forte e organizada possa ter uma influência maior nas Relações Internacionais do que o próprio Estado de origem (Sheffer, 1986: 41-43). Esta relação desigual existe quando há uma dependência estatal das capacidades e recursos derivados da atividade e influência da diáspora. Apesar das vantagens de ter uma diáspora forte política e economicamente, este cenário limita a capacidade do Estado como ator na Relações Internacionais (Shain, 1995: 813-817).

Com base nisto, esta investigação questiona o seguinte:

Como interpretar e entender a constituição de uma identidade nacional arménia a partir de um momento disruptivo na história do povo arménio como o Genocídio de 1915-1923?

Ao longo desta dissertação defende-se que existe uma identidade nacional arménia que foi crucialmente determinada pela existência de um Genocídio, e subsequentemente veiculada e continuada mediante a diáspora arménia. O genocídio é assim um evento crucial na constituição, afirmação e continuidade de uma identidade nacional arménia por via da sua diáspora até aos dias de hoje. Desde os massacres e deportações de 1915, os arménios adotaram uma postura inflexível perante a possibilidade da sua reincidência. Justificaram-se assim todas as dinâmicas posteriores de preservação identitária da diáspora que perdura temporalmente em consequência da transmissão de geração em geração da memória coletiva do Genocídio. A transformação do Sistema Internacional no final do século XX em torno do transnacionalismo deu uma nova dimensão à relevância política e económica da diáspora relativamente ao seu Estado de origem. Esta nova configuração propiciada pela globalização possibilita o fortalecimento do vínculo da diáspora com o seu país de origem, reafirmando a sua identidade nacional.

No âmbito deste Mestrado, a diáspora arménia e o seu trajeto sócio-histórico constituem um objeto de estudo que permite explorar dinâmicas atuais das Relações Internacionais com base na interação entre diferentes atores do Sistema Internacional, numa análise multidisciplinar que articula a ideia de continuidade com conceitos de memória, temporalidade e historicidade. Este trabalho permite igualmente ampliar o conhecimento crítico sobre a memória coletiva, através de uma análise que questiona a continuidade entre os eventos de 1915-1923 e o conflito de Nagorno-Karabakh. Ao interligar os conceitos de memória coletiva e diáspora, é possível olhar para este processo complexo do ponto de vista da influência que teve na identidade nacional da diáspora, uma vez que este fator ainda não foi profundamente explorado. Os estados de negação têm simultaneamente uma relação direta com a mobilização social. Esta perspetiva pode ser enquadrada noutros estudos de caso cuja diáspora se insira na mesma categoria.

Numa configuração conjunta do quadro conceptual e Estado de Arte, destaco o contributo teórico de Alejandro Portes (1998) no quadro transnacionalista, apresentando uma definição analiticamente clara e contemporânea. Portes (1998: 3) salienta que para os emigrantes que se identificam com o seu Estado de origem e procuram constantemente fortalecer essa ligação, as fronteiras nacionais já não constituem um obstáculo. Dessa forma, esta nova perceção por parte dos emigrantes

orienta o seu *status quo* tanto no Estado de origem e como no Estado onde a diáspora se estabeleceu. Neste sentido, a relação da diáspora com o Estado de origem é formada conforme o poder de cada uma das partes. Um Estado debilitado que tira um significativo proveito político, económico e social da sua diáspora, representa a vantagem da diáspora na relação de poder entre ambos (Shain e Barth, 2003: 463-467).

É de realçar igualmente a obra de Joseph S. Nye e Robert O. Keohane no que toca ao paradigma pós-positivista, introduzindo o conceito da interdependência complexa (1989: 28-29). Estes autores apontam para as alterações no panorama das Relações Internacionais, nomeadamente para o fim do domínio político na esfera securitária, existindo outro tipo de assuntos igualmente importantes de cariz social, ambiental, humanitário, etc. A crescente importância destes assuntos no Sistema Internacional viabilizou não só um diálogo mais ativo entre Estados, mas igualmente o surgimento de atores não-estatais em consequência da interdependência deste novo paradigma (*ibid.*)

Já a definição do conceito de diáspora é ainda bastante debatida, muito devido à sua reconceptualização histórica (Hickman, 2005: 119). A definição de Cohen (1997: 515) aparece como a mais apropriada no âmbito desta dissertação, nomeadamente por remeter para a constante evolução do conceito de diáspora que, segundo as definições académicas mais recentes não inclui as características específicas do caso arménio. Apesar de tudo, a sua definição é considerada igualmente uma conceptualização clássica da noção de diáspora, cuja formação resultou de eventos traumáticos ou catastróficos (Cohen, 1996: 507). Ainda assim, a definição de Cohen mantém-se bastante abrangente, tendo em conta o processo migratório arménio desde 1915 e as suas diferentes fases até aos dias de hoje.

Os outros dois conceitos-chave são a memória coletiva e a identidade nacional, contando com os contributos de autores como Maurice Halbwachs (1990) e Roger Chartier (1991; 2002), entre outros. Halbwachs (1990) afirma que existe uma diferença significativa entre a memória e a história. Admite-se assim a possibilidade de a memória ser influenciada pelo ator que a transmite e pela sua perspetiva pessoal. A pós-memória introduzida por Marianne Hirsch (2008) permite entender melhor a transfiguração social da memória cada vez mais distante temporalmente, mas que ainda assim é fundamental na preservação identitária. A memória transmitida

posteriormente pela pessoa que vivenciou aquilo que transmite, segundo Hirsch (ibid.) não se deve designar como memória, mas sim como pós-memória.

Relativamente à mobilização da diáspora, são introduzidos os conceitos de mito-motor de John Armstrong (1982) e de ação social de Max Weber (1979), reforçando a análise desta vertente. Estas duas perspetivas apresentam teorias para explicar certos tipos de comportamento. O mito-motor está sobretudo relacionado com a ideia da conduta coletiva guiada pelo passado. Anthony Smith (2009) realça o papel do mito-motor para a conceptualização da identidade nacional. A ação social é um dos conceitos base da sociologia weberiana. Contrariamente a Émile Durkheim (1998) que afirma que os factos sociais têm preponderância sobre o indivíduo, a perspetiva de Weber defende que a ação tem origem no indivíduo, reproduzindo-se sucessivamente na sociedade.

John Hobson e Stephen Hobden (2002) tal como Charles Tilly (1988) e Theda Skocpol (1992) são os nomes a realçar quando mencionamos uma das mais importantes ferramentas analíticas da sociologia histórica. Estes autores analisam acima de tudo a evolução social de acordo com o processo histórico decorrente. Hobson e Hobden introduzem o conceito de ahistoricismo para revelar acima de tudo uma falta de consideração pelo fator e evolução histórica na conceção e compreensão do presente, como também uma ausência do enquadramento histórico do passado. Em contrapartida, Tilly e Skocpol realçam a interpretação do passado na análise do presente, ou seja, a evolução social ao longo do tempo.

Para além do argumento que será defendido ao longo desta dissertação, entre as hipóteses formuladas, pretende-se averiguar se é possível a existência de uma relação de poder transnacional razoavelmente equilibrada. Caso a resposta seja positiva, em que condições este cenário é plausível? Em caso contrário, tenciono apurar as origens da assimetria de poder.

Metodologicamente, procuro aplicar um conjunto de teorias e obter um conhecimento mais extenso do ponto de vista teórico e científico. Ainda que a análise seja do tipo qualitativo baseando-se em fontes secundárias, torna-se indispensável para esta investigação apresentar alguns mapas, gráficos e dados estatísticos. As fontes primárias, para além de servirem de base para a análise teórica e conceptual,

permitem analisar de uma forma mais consistente a factualidade de alguns momentos históricos.

A nível de estrutura, esta investigação é composta por três capítulos. O primeiro capítulo recairá no debate do conceito central da dissertação – a diáspora. Será apresentada a sua definição conceptual, discutindo diferentes interpretações encontradas na literatura. De seguida, aborda-se a decadência do realismo como um dos principais sintomas da transformação do Sistema Internacional no final da década de 1990, permitindo aos atores não-estatais ganhar relevância neste novo paradigma pós-Guerra Fria. Este novo cenário inclui o fenómeno do transnacionalismo, conceito que será novamente explorado no último capítulo, numa ótica mais específica que analisa a relação de poder entre a diáspora e a Arménia. Por último, serão apresentados os movimentos migratórios basilares da emigração arménia no século XX, que se dividem em dois momentos principais.

O segundo capítulo será crucial para entender como a identidade nacional da diáspora arménia é preservada a partir de um acontecimento trágico central – o Genocídio. Após a sua conceptualização, serão introduzidos os pilares do nosso argumento, a memória coletiva do Genocídio Arménio e a negação da identidade nacional. De forma a interligar a temporalidade e a identidade, este capítulo olha para o caso de Nagorno-Karabakh para analisar a continuidade sócio-histórica da diáspora arménia

Por fim, será novamente analisado o conceito do transnacionalismo, desta vez numa ótica distinta centrada na relação assimétrica de poder entre a diáspora arménia e a Arménia, ilustrada pelas implicações económicas do *status quo* da Arménia e o seu possível impacto no futuro.

Capítulo I

1. A diáspora

Neste capítulo inicial, é discutido o conceito de diáspora. O enquadramento teórico deste conceito é fundamental para perceber a sua evolução temporal. Uma definição mais clássica do conceito de diáspora apresenta características distintas das diásporas formadas mais recentemente. Neste sentido, o seu processo de formação também varia de acordo com as diferentes dinâmicas e fatores apresentados ao longo deste capítulo.

É igualmente abordado o processo que altera o paradigma das Relações Internacionais na segunda metade do século XX. A teorização pós-positivista que surge na década de 1980 como manifestação da necessidade de questionar perspectivas teóricas anteriormente configuradas traz uma nova perspectiva do poder estatal, admitindo a possibilidade de outros atores ganharem destaque nas Relações Internacionais. De forma a explorar o que determinou esta configuração, na seguinte sub-secção introduz-se o debate *Agência versus Estrutura*, após o que será fulcral averiguar o impacto das dinâmicas inter-relacionais entre ambos os conceitos no Sistema Internacional.

A globalização propiciou a evolução de um novo tipo dinâmica: o transnacionalismo. Este processo social viabilizou o estabelecimento de uma ligação mais consistente entre os emigrantes e o Estado com o qual se identificam e ao qual se referem muitas vezes como pátria ou terra natal. Este fenómeno pode envolver a vertente política, cultural, económica, entre outras, implicando sempre dinâmicas que espelham processos estatais além-fronteiras.

Por último, nesta tendência de temporalidade histórica trata-se de analisar os dois grandes fluxos migratórios dos arménios no século XX, associando-os a momentos históricos marcantes. As duas grandes concentrações de arménios étnicos que constituem atualmente as diásporas resultam igualmente desta emigração.

1.1. O conceito de diáspora

Na sua origem histórica, a palavra “diáspora” esteve ligada diretamente ao povo judeu e à vertente religiosa. A dispersão judaica pelo mundo foi justificada na Bíblia como um castigo de Deus, face ao desrespeito pelas suas normas (Cohen, 1996: 507). A nível cronológico, o conceito de diáspora passou a abranger um número maior de aglomerados nacionais que não os judeus, vítimas da perseguição nazi e ligadas diretamente ao Holocausto⁷, a partir da segunda metade do século XX, dando origem às primeiras nações transnacionais, as quais resultaram principalmente das transformações económicas e migratórias a nível global e com uma conotação mais positiva (Hickman, 2005: 119-121). Atualmente, já numa era globalizada, o seu uso em termos internacionais tornou-se bastante comum e numa lógica de formação que não fosse exclusivamente trágica, deixando para trás a visão tradicional. Em termos de preservação da identidade nacional, Gabriel Sheffer (1986: 39-43) argumenta que essa ligação é fortalecida quando as origens da diáspora são catastróficas ou perante a existência de um conflito ativo que esteja ligado à sua nação. É aqui que surge a categorização de diáspora introduzida por Robin Cohen (1996: 515), pela qual ele apresenta em particular as razões que levaram as pessoas a emigrar, categorizando uma diáspora de acordo com as suas origens.

A definição do conceito de diáspora foi desenvolvida por intelectuais de diferentes áreas das ciências sociais, originando uma variedade de conceptualizações académicas do mesmo. É um conceito em constante transformação com variáveis dependentes como os contextos históricos, políticos e socioeconómicos. Esta visão é defendida sobretudo por James Clifford quando fala da mobilização da diáspora, na qual a memória coletiva é crucial (Clifford, 1994: 302-305). Safran e Cohen também tentaram definir de uma forma mais ampla os membros, as interações sociais e identitárias e o processo de formação de uma diáspora, por outras palavras, o seu conjunto de características. Para Robin Cohen (1997:178), as características comuns de uma diáspora são o afastamento involuntário para fora da sua pátria de origem;

⁷ O Holocausto ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial nos territórios ocupados pelas forças alemãs sob o comando de Adolf Hitler. O objetivo final do regime Nazi consistia em particular no extermínio de pessoas de origem judaica. No entanto, pessoas de outros grupos, etnias e nacionalidades que não se encaixavam nos ideais nazis sofriam o mesmo tipo de tratamento. Em termos quantitativos, este genocídio resultou em mais de quinze milhões de mortos (Cesarini, 2004:10)

por razões laborais/comerciais; a memória coletiva e o mito da pátria e a idealização de um regresso grandioso, baseado, sobretudo, na consciência étnica e nos traços histórico-culturais em comum; uma difícil relação com as autoridades do país de acolhimento, porém, Cohen também admite a hipótese de uma integração plena na sociedade de acolhimento.

Já Stephane Dufoix (2008: 23), tem uma posição crítica face às características apresentadas anteriormente, questionando qual a designação a dar a um grupo de pessoas que não corresponda a alguns desses pontos e que ao mesmo se autodefinem como diáspora. É uma visão interessante do autor que argumenta que a conceptualização da diáspora é muito mais complexa do que aquela apresentada por Cohen e Safran. A diáspora não é uma organização centralizada, ou seja, não é um órgão estatal com um só centro de coordenação, pois não existe uma única autoridade de gestão da sua atividade. Esta condição descentralizada e pluri-organizacional, por sua vez, dificulta também a deliberação e, conseqüentemente, a defesa de uma posição ou agenda a ser manifestada publicamente, e as discrepâncias podem advir de um conjunto de fatores históricos, socioeconómicos e políticos (Safran, 1991: 85). Neste sentido, veremos seguidamente como a diversificação migratória influencia este processo.

Autores como Yossi Shain e Paul Gilroy discutem ainda os efeitos do uso do conceito nos discursos, principalmente, políticos. Desde logo, verifica-se a inclusão nesses discursos de todas as pessoas que teoricamente pertencem à diáspora, numa tentativa de homogeneizar e categorizar um grupo com certas características, e com referência à pressuposta ligação natural próxima do país de origem legitimada por um conjunto de fatores identitários (Shain, 1995: 811-821). Um bom exemplo do uso do conceito pelas elites governamentais verifica-se nos programas políticos que referenciam os nacionais que residem no estrangeiro (Gilroy: 1994:209). Este discurso perde significado para os emigrantes que já não sentem qualquer ligação com o país de origem após se terem estabelecido no estrangeiro há muito tempo. O processo de assimilação aos costumes do país de acolhimento é bastante comum quando não se verifica um esforço para preservar a sua identidade nacional ou uma negação da identidade (Sheffer, 1986: 39-40). Daí, a generalização dos discursos revelar bastante subjetividade.

O processo de formação da diáspora e a sua perspetiva social, política e histórica, são influenciados por um conjunto de atores, contextos e dinâmicas. Em primeiro lugar, concebe-se a própria diáspora, ou seja, o conjunto de pessoas que é socialmente categorizado como parte da diáspora. Seguidamente, o país de acolhimento, no qual é determinante a sua posição política tanto a nível nacional como internacional, pois é isso que condiciona a influência que uma diáspora consegue ou não ter e a sua relação com as elites governamentais desse Estado. Por fim, existe a ligação com o país de origem, também conhecida na literatura como “centro identitário”⁸ da diáspora (Shain, 1995: 833-834).

Ao abordar a diáspora e a sua ligação à pátria, é importante olhar para o nacionalismo de longa distância introduzido por Benedict Anderson (1998:3-4), que se define sobretudo por um conjunto de relações que se estabelecem entre a pátria e as pessoas que residem fora da mesma, ou seja os emigrantes. Desta forma, a diáspora partilha uma ideia nacional que a mobiliza a fortalecer a sua ligação ao centro identitário (Glick-Schiller e Fouron, 2001: 19-21). Este tipo de nacionalismo torna-se possível apenas devido às dinâmicas resultantes do transnacionalismo. A preservação da identidade nacional é igualmente fundamental neste processo que continua geracionalmente.

Numa análise mais aprofundada, e olhando para as diferentes fases históricas de migração, Robin Cohen (1997: 178) definiu as seguintes categorias de diáspora com determinadas origens e características: "cultural, comercial, laboral, imperial, vítima e deterritorializada". Todavia, ainda segundo Cohen (1996: 511): "*All scholars of diasporas recognize that the victim tradition is at the heart of any definition of the concept*". Por outras palavras, originalmente, o conceito de diáspora era predominantemente associado ao fenómeno de vitimização, tendo em conta as circunstâncias das pessoas que a formavam, resultando sobretudo de eventos trágicos, catástrofes, deportações em massa, dispersão imposta, etc. Noutros termos, a referência à diáspora tinha uma conotação negativa. No entanto, isso não quer dizer que a classificação de uma diáspora tenha que ser eternamente estática; esta categorização tem principalmente a função de generalizar uma certa diáspora,

⁸ Local simbólico com o qual os indivíduos se identificam com base na identidade nacional, sendo frequentemente referido como pátria ou terra natal (Clifford, 1997: 269)

podendo haver a sobreposição dentro da mesma, já que a formação de uma diáspora poderá ter diferentes etapas de estabelecimento (Dufoix, 2008: 19-25).

A memória coletiva do país de origem é um dos elementos que está presente na lista de Cohen, sendo crucial para a preservação da identidade nacional. Através da promoção de diferentes iniciativas ligadas de alguma forma ao seu país de origem, a diáspora salvaguarda o seu sentimento de pertença e a sua identidade nacional. Com a evolução do fenómeno da globalização e das relações transnacionais, a categorização primordial seria muito restrita e, por vezes, inadequada a alguns casos. Shuval e Leshem reforçam esta ideia indicando que os imigrantes nos anos 1990 nunca foram tão pouco constrangidos pelas barreiras físicas e culturais do seu país de acolhimento (1998: 22). Este novo contexto social contribuiu simultaneamente para a conceptualização de diáspora e do transnacionalismo, uma vez que, segundo Khachig Tololyan (2000: 110) estes dois conceitos estão diretamente ligados. Acrescenta-se que, mesmo com a evolução da tipologia de Cohen, categorizar uma diáspora como vítima não deixa de ser atual, caso o contexto e as dinâmicas da mesma sejam adequados à descrição desta categoria.

A diáspora é um conceito bastante complexo que envolve diversas áreas académicas (social, histórica, etc.). O seu estudo exige olhar obrigatoriamente para o seu contexto histórico de forma a entender o seu processo de formação. A secção seguinte possibilita o entendimento do processo que conduziu a uma participação mais ativa da diáspora e de outros atores não-estatais no Sistema Internacional.

1.2. A diáspora face às Relações Internacionais

Com o fim da Guerra Fria entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os EUA em 1991, terminou o paradigma bipolar. Este acontecimento foi acompanhado por um conjunto de mudanças e o próprio Sistema Internacional ganhou uma nova configuração (Tickner, 2001:36). Até então, o Estado era visto como o ator central das Relações Internacionais, inserido num Sistema Internacional anárquico, segundo a teoria realista (Guzzini, 1998: 5-7). Esta base teórica surgiu inicialmente a partir do pensamento de Nicolau Maquiavel, defendendo que os meios justificam os fins, e de Thomas Hobbes que destaca o Estado de Natureza, comparando a conduta humana anárquica às relações estatais (Bull, 1981: 717-719).

Hans Morgenthau foi um dos autores que mais contribuiu para a teorização do realismo, dando destaque à centralidade do poder no Sistema Internacional, entre um conjunto de princípios, tais como inexistência de uma instituição ou entidade acima do Estado. A ausência deste poder coercivo supranacional que possa dar garantias aos Estados, nomeadamente da sua segurança, leva a que haja uma inclinação estatal egoísta, preparada para o pior cenário possível. Isto não significa que os Estados segundo a teoria realista procurem constantemente a guerra ou conflito, simplesmente o facto de não existir confiança estatal no Sistema Internacional racionalmente orienta este estado de alerta. Assim, neste quadro teórico, um conjunto de Estados procuram constantemente aumentar o seu poder (Morgenthau, 1979: 5-9). Na ausência de hierarquia no Sistema Internacional, só os Estados conseguem influenciar verdadeiramente as dinâmicas internacionais. A preocupação em assegurar os interesses nacionais e a segurança do Estado justifica esta lógica realista das Relações Internacionais orientada para a acumulação de poder (*ibid.*)

Contudo, com o imprevisível desfecho histórico da bipolaridade, surge prontamente uma grande onda de críticas das teorias positivistas, entre as quais o realismo (Wiener e Schrire, 2010:365), provocando um aceso debate entre positivismo e pós-positivismo. Um novo paradigma sugeria maior subjetividade na interpretação do mundo, admitindo que cada indivíduo forma inconscientemente a sua versão da realidade (Sarfatli, 2006: 239-241), validando a existência de diferentes ângulos de análise. Ainda no âmbito deste debate, de acordo com Michel Foucault (1979: 112), a constatação dos factos depende do contexto do observador, argumento que retira força à questão da racionalidade, característica positivista.

Nye e Keohane (1989: 24-25), no seguimento da sua conceptualização da interdependência complexa, realçam a possibilidade de outro tipo de diálogo entre atores das Relações Internacionais que não envolva somente Estados e assuntos relacionados com a esfera securitária e militar. Os autores defendem que:

Each of the realist assumptions can be challenged. If we challenge them all simultaneously, we can imagine a world in which actors other than states participate directly in world politics, in which a clear hierarchy of issues does not exist, and in which force is an ineffective instrument of policy (Nye e Keohane, 1989: 24)

Depreende-se portanto que, no pós-Guerra Fria, a forma como as Relações Internacionais foram compreendidas pelas teorias positivistas deverá ser alvo de reanálise. Num raciocínio pós-positivista, considero essencial introduzir o debate entre a Estrutura e a Agência.

Após o fim da Guerra Fria, outro tipo de agendas políticas, socioculturais e económicas não-estatais conquistaram a atenção internacional. A globalização foi o fenómeno que ganhou uma nova dimensão nesta transformação do Sistema Internacional, contribuindo para este novo cenário internacional (Baylis e Smith, 2001:3-6). James Rosenau e Peter Koehn no seu artigo “Transnational Competence in an emergent Epoch” (2002: 107) defendem a perspectiva de que o Estado se mantém um ator influente nas Relações Internacionais, porém a globalização condicionou o seu poder, realçando antagonicamente os atores não-estatais. Em consequência, faz sentido o debate entre os conceitos de Estrutura e Agência para aprofundar a questão da decadência do estatocentrismo .

Sociologicamente, a Agência é capacidade individual de orientar de forma autónoma a sua conduta no seio da Estrutura. O que se questiona neste debate, numa perspectiva macrossociológica, é a capacidade da Estrutura influenciar estas ações dos agentes (Lowndes et al, 2018: 50). Por um lado, uma parte significativa dos sociólogos defende que a Estrutura consiste num sistema pré-estabelecido que oferece poucas alternativas aos agentes quando falamos da liberdade do seu comportamento e das suas ações (Mundy e Murphy, 2001: 85). Por outro, é possível que a Agência desconsidere o estabelecimento de qualquer tipo de paradigma para desenvolver as suas dinâmicas. Assim, e para ser mais fácil de compreender este debate, enquadrarei-lo teoricamente nesta investigação, considerando as dinâmicas de relação entre ambas as partes. O paradigma (Estrutura) que existia antes do fim da Guerra Fria, não permitia aos atores não-estatais (Agência) dar destaque à sua “voz” e agenda no Sistema Internacional. O Estado tinha um papel central nesta configuração que impedia os atores não-estatais de influenciarem o Sistema Internacional, executando livremente a sua agenda política. Esta visão do cenário analisado é estruturalista, uma vez que se defende que a estrutura determinou o comportamento dos atores não-estatais (Tsoukas e Knudsen, 2003: 296).

Apesar da complexidade do pensamento estruturalista, o sociólogo francês Pierre Bourdieu destaca também os padrões de relacionamento entre os agentes e a estrutura. Antes de mais, torna-se essencial introduzir o conceito de *campo* como um espaço socialmente diferenciado, existente nas mais variadas áreas, tais como a literatura, arte, relações internacionais, entre outras (Adler et al, 2014: 42-48). Em cada campo estão estabelecidas as normas que irão moldar o comportamento do agente. Para além disso, o campo gera automaticamente uma hierarquia definida pelo poder que o agente possui, admitindo variação hierárquica. Este processo concebe as diferentes Estruturas que orientam a conduta dos agentes. Mediante o *habitus*, conceito que remete para as estruturas rotinizadas do comportamento, o comportamento dos agentes e o seu entendimento da Estrutura são auto-regulados (Bourdieu, 1992: 101-108). Através da prática do agente, é gerada uma interligação entre a subjetividade e a objetividade da conduta do agente e do campo com o qual este último se depara, e é no campo que os agentes encontram os limites das suas ações conforme as regras pré-estabelecidas. A adaptação às regras e o cumprimento normativo são alguns dos aspetos que caracterizam esta relação. Neste sentido, o agente assimila o tipo de comportamento que se deve ter na Estrutura em que está inserido de acordo com a sua posição na mesma e o poder que possui (Adler et al, 2014: 42-48). Ainda que este conceito seja direcionado para a esfera antropológica, torna-se igualmente aplicável a um Sistema Internacional formado por um conjunto de agentes.

Na sequência deste debate Anthony Giddens defende ainda uma outra possibilidade. O autor propõe na sua obra *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, considerar a alternativa teórica na qual o agente é a variável ativa e a estrutura é passiva (Giddens, 1984: 27-29), isto é, somente as interações dos agentes dão vida à estrutura. Ao mesmo tempo que a estrutura é equivalente a regras e recursos pelos quais é coordenada a ação da Agência. A sua Teoria da Estruturação pretende demonstrar que:

Human history is created by intentional activities but is not an intended project (Giddens, 1984: 27).

Isto posto, Giddens (*ibid.*) salienta que não é coerente analisar as dinâmicas da Agência e da Estrutura de forma isolada. Este debate através das diferentes perspectivas teóricas abordadas facilita a interpretação das razões que efetivamente levaram à perda parcial da relevância estatal na estrutura do Sistema Internacional, adquirida por outros atores não-estatais.

Como visto até agora, segundo a ótica pós-positivista, o Estado não difere de outros atores não-estatais relevantes para as dinâmicas do Sistema Internacional, no sentido em que é uma construção com base em interesses de ordem social, histórica, etc. (Cox e Sinclair, 1996: 124-139). Nesta linha teórica, em que se admite a existência de outras dinâmicas relevantes para além das estatais, afigura-se assim essencial para esta investigação introduzir o conceito do transnacionalismo.

O processo transnacionalista manifesta uma condição social "intermédia", na qual a diáspora evidencia essa ligação simultânea com o local (Estado) onde se estabeleceu e o Estado que identifica como pátria. Caracteriza-se assim o transnacionalismo como um "processo social no qual os emigrantes estabelecem campos sociais que atravessam fronteiras geográficas, culturais e políticas" (Glick Schiller et al, 1992:1)

O fenómeno do transnacionalismo expressa-se quando existe uma ligação consistente e próxima entre os emigrantes, o Estado com o qual se identificam nacionalmente, e com o Estado para onde emigraram (Tsolidis, 2013: 135). Apesar de uma definição academicamente debatida, o conjunto de emigrantes estabelecidos fora do seu Estado de origem com a mesma identidade nacional formam uma diáspora – ator central nesta dissertação. A atribuição da designação como ator à diáspora no caso desta dissertação justifica-se pelo facto da institucionalização (política, cultural, religiosa) da diáspora arménia em alguns Estados como os EUA e a França. Desse modo, a diáspora arménia atua na cena internacional como um ator semelhante a outros atores não-estatais.

Ora, o transnacionalismo reflete o significado da globalização no processo da diáspora. A distância tornou-se mais curta, as fronteiras perderam parcialmente o seu significado, assim como outros aspetos económicos, políticos e socioculturais que deram uma nova vida a esta ligação (IOM, 2010: 1-2). Neste cenário, torna-se possível explorar um leque de novas dinâmicas relacionadas com a diáspora, entre as quais,

por exemplo, o seu *lobby* no Estado onde se estabeleceram ou o seu papel na definição da política externa do Estado de origem. Noutras palavras, trata-se de uma nova agenda da diáspora neste novo paradigma pós-positivista.

No entanto, Hannerz (2001: 17-18) argumenta que apesar da relação conceptual próxima entre a globalização e o transnacionalismo, estes termos diferem. Enquanto que a perspectiva espacial do transnacionalismo considera um ou mais Estados na sua análise, a ótica da globalização assume uma postura mais ampla e menos focada no nível estatal. Nesta lógica, o autor sustenta igualmente o argumento de que o transnacionalismo permite averiguar certas microdinâmicas além-fronteiras que o ângulo de análise macrossociológico da globalização impossibilita (*ibid.*). Para além disso, o transnacionalismo originou também novos desafios, principalmente para os Estados que tiveram de se adaptar a uma nova realidade. De acordo com Alejandro Portes,

What common people have done in response to the process of globalization is to create communities that sit astride political borders and that, in a very real sense, are “neither here nor there” but in both places simultaneously (Portes, 1998: 3)

O que Portes pretende transmitir é que com esta nova configuração a agenda da diáspora consegue ter um impacto além-fronteiras do Estado onde está estabelecida, conseguindo ter uma atuação mais ampla geograficamente. Se anteriormente a agenda da diáspora limitava-se ao seu contexto nacional, a globalização permite-lhe promover uma agenda política transnacional, envolvendo a sua terra natal.

1.3. Contextualização histórica: a Velha e a Nova diáspora

Depois de uma discussão conceptual da diáspora e do seu enquadramento nos debates fundamentais das Relações Internacionais, importa debruçar-se sobre a história dos principais movimentos migratórios dos arménios no século XX. É pois essencial nesta fase fazer essa contextualização para entender as origens do

fenómeno, assim como o seu processo evolutivo. Este subcapítulo tem sobretudo o objetivo de evidenciar as razões da mobilização identitária e, nessa mesma lógica, o que distingue as duas maiores diásporas arménias.

A globalização foi determinante para a evolução deste fenómeno. Se durante o paradigma de Guerra Fria a migração e a consequente formação da diáspora tinham uma conotação negativa, atualmente o seu significado é variável. Emigrar voluntariamente por questões profissionais ou comerciais espelham bem essa transformação. A migração consiste na deslocação dos indivíduos de um espaço para o outro, podendo ser definitiva ou não. Como já foi dito anteriormente, os emigrantes produzem dinâmicas transnacionais além-fronteiras. No entanto, o facto de ter ocorrido emigração não pressupõe inquestionavelmente que se verifiquem *a posteriori* tendências transnacionais, ainda que geralmente seja um axioma do transnacionalismo. A inexistência de um vínculo identitário entre os emigrantes e a sua pátria, manifestado por uma ligação sólida e regular, não se designa transnacionalismo (Howard, 2011: 33).

Dando continuidade a este capítulo focado no enquadramento conceptual e teórico da diáspora, torna-se explícito que a constituição da diáspora está diretamente relacionada com o fenómeno migratório. As categorias de diáspora de Robin Cohen têm uma relação de interdependência com a denominação de um determinado fluxo migratório. Olhando para as definições clássicas da formação das diásporas e a sua associação predominantemente negativa, a expressão “emigração voluntária” ganhou outra credibilidade devido à globalização. Antes deste fluxo global, seria bastante discutível designar a migração como voluntária, pois esta noção depende da escolha do indivíduo em emigrar. No período do Genocídio Arménio, a decisão de emigrar não dependia necessariamente de uma escolha, de uma deliberação das pessoas; ela era maioritariamente forçada, provocada como no caso arménio, por eventos trágicos ou catastróficos. A globalização foi determinante para a evolução da perspetiva sobre a emigração voluntária. A globalização resultou numa emigração bastante mais fluida devido às oportunidades económicas mais vantajosas noutros locais, assumindo assim uma associação mais credível e moderada a nível conceptual. Nesta configuração, o indivíduo procura melhores condições económicas, não tendo a sua vida em risco, o que altera o escopo da sua escolha deliberada de emigrar (Howard, 2011: 33-34). Obviamente, tal não ditou o fim da emigração forçada *per se*, pois

existem na atualidade demasiadas vertentes deste tipo de emigração, motivados por guerras e tipos variados de violência, desastres naturais, alterações climáticas, fome.

Como será desenvolvido posteriormente, as gerações de arménios posteriores ao período do Genocídio e que não foram vítimas diretas do mesmo partilham maioritariamente entre si uma posição idêntica quanto aos acontecimentos de 1915-1923. Ou seja, defendem que o reconhecimento do Genocídio é uma questão prioritária (Butler, 2001: 192). Apesar de não terem vivenciado o horror pelo qual passaram os seus antepassados, é fundamental a forma como a memória do Genocídio Arménio é ativamente reavivada entre os herdeiros da nação arménia. No entanto, ainda que tenham uma posição idêntica, a manifestação ativa dessa memória varia de diáspora para diáspora.

Neste sentido, é indispensável analisar os diferentes períodos de emigração da diáspora arménia, os quais são determinados por diferentes motivos no período posterior ao Genocídio. Numa lógica de categorização de diáspora de Robin Cohen (1997: 178), mas também olhando para o seu *status quo* nos países anfitriões, principalmente no que diz respeito à preservação da sua identidade nacional e ao processo de socialização inter- e intra-geracional, consegue-se uma perspetiva mais ampla e apropriada das dinâmicas anteriormente referenciadas (Minow, 2002: 21).

Uma vez que abordamos principalmente as dinâmicas das gerações que viveram diretamente o Genocídio e dos herdeiros da sua memória, justifica-se analisar o período de emigração durante o Genocídio que ocorreu entre 1915 e 1923 e fases posteriores. Ainda que o processo de migração seja contínuo, destacam-se dois períodos significativos na história da diáspora arménia desde o Genocídio. Os arménios foram vítimas constantes de maus tratos e perseguições por parte do Império Otomano durante o início do século XX. Num período relativamente próximo, algo semelhante acontecia com os judeus na Palestina durante o Mandato Britânico, motivando ocasionalmente rebeliões (Marutyan, 2009:101-110). Porém, o que difere nesta comparação é o que se sucedeu a partir de 1915. Como já foi exposto, durante o Genocídio Arménio foi assassinado um número desolador de arménios. Todavia, uma parte significativa conseguiu escapar antes ou durante o processo de deportação. Os arménios que sobreviveram, mas que foram vítimas da emigração involuntária, conseguiram estabelecer-se noutros locais.

Para além de ser involuntária, a emigração arménia em tão grande escala no início do século XX é também *pioneira*. Ao contrário da emigração em cadeia que pressupõe que os emigrantes se deslocam para um lugar onde já estejam estabelecidos outros emigrantes com as mesmas origens, a emigração pioneira abrange os emigrantes que se deslocaram em massa para um local pela primeira vez (Howard, 2011: 33-34). Pela primeira vez, um número abundante de arménios abandonou as suas origens históricas. Cerca de um milhão de arménios teve que procurar um novo lar. Assim se deu uma nova geração de diáspora, ou como tem sido referenciada posteriormente, a Velha Diáspora (International Organization for Diaspora, 2014: 77). Em termos geográficos, a emigração ficou limitada a alguns focos, entre os quais o Médio Oriente, fixando-se nas proximidades do Império Otomano (Panossian, 1998: 80-90). A outra grande parte dos sobreviventes encontrou um lar em França e nos EUA, formando as maiores e mais ativas comunidades de diáspora atualmente, resultado das dinâmicas sociais e da preservação da identidade nacional arménia (Poghosyan, 2009:62-67).

O processo e as dinâmicas que levaram ao segundo grande período de emigração centram-se em dois momentos: o conflito de Nagorno-Karabakh e acima de tudo o fim da União Soviética. A repressão de movimentos nacionalistas na União Soviética e a propagação da ideia de uma grande nação esmoreceram a procura da justiça por parte dos arménios étnicos deportados do Império Otomano que se estabeleceram no território da extinta República Socialista Soviética da Arménia. O Genocídio Arménio era evocado escassamente pela URSS, em particular quando interesses ocultos estavam em discussão (Harutyunyan, 2009: 53-56).

Ao longo do século XX, diversas organizações arménias ligadas à diáspora foram também fundadas pelo mundo, com agendas e atividades distintas. Organizações como a União Geral Arménia de Beneficência (AGBU), fundada no Egipto, destaca-se pelo seu compromisso na esfera sociocultural, principalmente em França junto da fundação da biblioteca arménia Nubar em Paris (Von Voss, 2007: 188). Outras organizações como o Comitê Nacional Armênio da América (ANCA) ou a Assembleia Arménia da América (AAA) representam politicamente os arménios que se estabeleceram em solo americano (Cameron, 2003: 91).

Contudo, em 1975, apesar de ainda não ter chegado ao fim a rivalidade política entre as diversas forças referidas, houve uma mudança de atitude que levou

a uma colaboração ativa na luta pelo reconhecimento internacional do Genocídio Arménio (Libaridian, 2004a: 39-41). Isto também permitiu o surgimento da Causa Arménia, resultante do acréscimo do objetivo do reconhecimento dos eventos de 1915 como genocídio à Questão Arménia. Assim, a Causa Arménia era o aglomerar das seguintes pretensões: o reconhecimento pelos turcos de que entre 1915 e 1923 ocorreu um genocídio dos arménios otomanos; a indemnização pelos danos morais e sócio-históricos do Genocídio Arménio; numa lógica irredentista, a concretização do Tratado de Sèvres (Evinch, 2005: 23-26). A mobilização em torno desta problemática mais recente gerou um sentimento intenso de identidade nacional e cooperação na diáspora arménia.

Ainda assim, certos grupos liderados por arménios da diáspora, desiludidos com a falta de atenção internacional relativamente a este assunto, optaram por ataques terroristas, essencialmente, contra funcionários diplomáticos turcos⁹. Os objetivos de organizações como o Exército Secreto Arménio para a Libertação Arménia (ASALA) com esta atividade radical eram claros: dar uma maior visibilidade internacional à Causa Arménia, com isto coagindo a consequências concretas (U.S. Government, 1989: 32-35). A passividade internacional relativa ao assunto motivou estas organizações a atuar desta forma. Apesar de centenas de vítimas causadas, a violência trouxe apenas parcialmente os efeitos desejados. Não tendo sucesso na consumação da Causa Arménia, estes grupos viraram a sua atenção para os acontecimentos em Nagorno-Karabakh, participando no conflito do lado arménio (Avedian, 2019: 168-171).

O território da região de Nagorno-Karabakh, durante o período da URSS integrava a República Socialista Soviética do Azerbaijão, apesar de 3/4 da sua população ser de origem étnica arménia¹⁰. Com o aproximar do fim da União Soviética, em 1988, os arménios que constituíam grande parte da população reclamavam o fim da influência azeri forçada na região e conseqüentemente mais

⁹ No espaço de uma década o terrorismo arménio resultou na morte de 33 diplomatas turcos (Panossian, 2006: 54).

¹⁰ No século XIX os arménios já constituíam uma considerável parte da população de Nagorno-Karabakh apesar da região fazer parte da província russa - Elisabethpol (Tsutsiev, 2014: 180). O fim do Império Russo em 1917 conduziu à proclamação das independências da Geórgia, Arménia e Azerbaijão. Contudo em 1918 devido a divergências territoriais (inclusive por Nagorno-Karabakh) teve início a guerra entre os arménios e os azeris. A ascensão do movimento soviético e a conseqüente inclusão na URSS da Arménia e Azerbaijão conteve quase até ao período da sua dissolução (1991) as exigências arménias relativamente a Nagorno-Karabakh que ficou estipulado em 1923 como território da República Socialista Soviética do Azerbaijão (Notholt, 2009: 7.16).

autonomia para a comunidade arménia (Dogru, 2015: 222-226). Estas divergências resultaram num conflito armado entre os arménios e os azeris, inicialmente entre forças paramilitares e posteriormente, com o desmantelamento da URSS, entre forças armadas estatais do Azerbaijão e da Arménia. Em consequência, foi declarada a independência *de facto* de Nagorno-Karabakh, mas a resolução do conflito ainda se mantém congelada apesar do cessar-fogo assinado pelas partes envolvidas no conflito em 1994 (Cornell, 1998: 51-57). Para além de acabar com o domínio azeri na região de Nagorno-Karabakh, as forças armadas arménias controlam atualmente outras regiões *de jure* azeris (Fig. 2)

Figura 2 - Mapa da Transcaucásia - identificação da região de Nagorno-Karabakh



Fonte: EURASIANET (2019)

O apoio arménio ao movimento nacionalista em Nagorno-Karabakh tem permanecido particularmente ativo desde o despoletar do conflito. Este dilema passou a integrar as teses da Causa Arménia. Atualmente, a região de Nagorno-Karabakh é denominada pelos arménios como a República de Artsakh, nome histórico de uma antiga província do Reino da Arménia (Bournoutian 1997, 102-104).

No período abordado anteriormente, era possível caracterizar a diáspora de acordo com as características da sua emigração, como vítimas de perseguições e deportações. Com a dissolução formal da URSS a 26 de dezembro de 1991, a emigração arménia e o seu estabelecimento num maior número em países como a Rússia, deve-se principalmente aos fatores económicos e laborais. Pela primeira vez no século XX, verificou-se uma emigração voluntária dos arménios, insatisfeitos com as oportunidades económicas na Arménia, tornando ainda maior a diáspora arménia na Rússia (Poghosyan, 2009:64).

Com base nisto, a Nova Diáspora arménia na Rússia apresenta outro tipo de linhas discursivas, não priorizando a luta pelo reconhecimento do Genocídio Arménio. A ausência desta mobilização orientada para os eventos de 1915 deve-se a um contexto sócio-histórico diferente da Velha Diáspora (Tololyan, 2006: 7-8). Neste sentido,

There is a significant degree of overlap in the definitions of the old and the new diaspora in terms of their growing involvement with Armenia. Increasingly, recent emigrants from Armenia actively join the community-based organizations of the old diaspora (in the West) or form new groups and coordinate with the old diaspora (as in the CIS). Yet, prompted by the history of migrations, differences in diaspora involvement and priorities are accentuated by the age of the Armenian diaspora, levels of affluence, relative status in destination countries, and, by extension, in the ideals, goals, and perceptions of engagement with the ancestral home (Migration Policy Institute, 2016).

É importante fazer esta distinção entre as duas diásporas de forma a obter uma visão mais ampla das suas dinâmicas, organização e dos diferentes fatores que influenciam as suas ações e a sua posição em relação à Arménia. Uma variedade de aspetos de teor histórico, social, económico ou político conseguem interferir neste processo. No entanto, isto não significa que uma das diásporas tenha um papel mais ou menos preponderante para a Arménia, pois tanto a Velha como a Nova diáspora têm as suas particularidades. Admite-se apenas que a Velha diáspora tenha um grau de envolvência política na Arménia maior, uma vez mais, originário das suas próprias dinâmicas e do contexto em que está inserida.

Podemos observar na Figura 3 uma estimativa da distribuição geográfica da diáspora arménia em 2015. Efetivamente, existem maiores concentrações nos EUA e na Rússia, representantes da Velha e Nova diáspora, respetivamente. Destaca-se também o facto da população de origem arménia residente na Rússia ser aproximadamente a mesma que na Arménia.

Figura 3 - Distribuição geográfica da diáspora arménia



Fonte: Australian Bureau of Statistics; FCO; Ministry of Diaspora of the Republic of Armenia; Statistics Armenia

Factualmente, existe uma relação mais próxima da Velha Diáspora com as entidades governamentais da Arménia, enquanto que a Nova Diáspora é associada ao fluxo de remessas para os seus familiares (Migration Policy Institute, 2016). O estabelecimento do Ministério da Diáspora é um exemplo bem claro da sua importância para o Estado arménio. Efetivamente é do interesse da Arménia sustentar esta ligação. Atualmente, dissociar os dois termos – diáspora e Arménia - é

inimaginável. De forma a não haver imprecisões na referência a cada uma das diásporas, estas serão designadas como a Velha e a Nova diáspora.

É importante salientar que a emigração tornou possível a formação da diáspora. No entanto, só nos próximos capítulos será elucidado o processo que dificultou a homogeneização da diáspora arménia com outros valores, culturas ou tradições.

Capítulo II

2. A memória do Genocídio como constitutiva da identidade arménia

O presente capítulo dedica-se a explorar a dimensão identitária da diáspora arménia. Numa fase inicial, procura-se apresentar uma lente teórica da identidade nacional, confrontando as perspetivas de diversos autores e formando um consenso sobre a construção social da identidade nacional.

A memória coletiva é um dos símbolos que preserva a identidade nacional. O processo de transmissão dessa memória é essencial, uma vez que é o elo de ligação com o passado. Após uma conceptualização essencial da memória e do genocídio, esta sub-secção explora a memória coletiva do Genocídio Arménio, aplicando a teoria da descontinuidade ao caso prático. É relevante também verificar como o Genocídio Arménio, e mais tarde a sua memória, influenciam as ações dos indivíduos. A memória formada a partir da memória da geração que vivenciou a ideia transmitida também se designa como pós-memória. A ação social de Max Weber explica e categoriza de forma clara este processo.

Mais adiante, são introduzidos os estados de negação para analisar os efeitos que a negação da identidade nacional arménia gera no seio da diáspora arménia. O capítulo relativo à contextualização histórica já revelou a presença contínua da negação identitária arménia desde os tempos do Império Otomano. No entanto, a repercussão dessa negação tem sido completamente antagónica, ao produzir efeitos unificadores da nação arménia. Para além da negação turca do Genocídio Arménio, dá-se o exemplo do assassinio de um jornalista de origem arménia na Turquia que funcionou como um estimulante identitário para a diáspora arménia na Turquia. Os fenómenos de mobilização com base em símbolos nacionais que também se podem designar como mito-motor, é outro conceito igualmente discutido neste capítulo. Olhando para a perspetiva internacional deste caso, importa compreender se o reconhecimento do Genocídio não passa de uma luta solitária por parte dos arménios ou se existe efetivamente por parte de outros atores internacionais, nomeadamente Estados, solidariedade junto do povo arménio, evidenciada pelo seu reconhecimento do Genocídio.

Por último, a análise debruça-se sobre a questão da continuidade sócio-histórica. Esta observação do desenvolvimento histórico de estruturas sociais como a diáspora arménia contemporiza a sua interpretação de eventos cruciais como o Genocídio que acaba por marcar um momento de descontinuidade na história arménia. De forma a aplicar esta perspetiva ao caso prático, olhamos para o caso de Nagorno-Karabakh. Pelo seu significado nacional este conflito constitui outro momento histórico marcante para os arménios.

2.1. Identidade nacional – uma perspetiva teórica

No seguimento da abordagem conceptual da diáspora, é crucial introduzir a noção de identidade nacional, para entender as dinâmicas existentes entre todos os elementos que já foram abordados. A definição de identidade nacional tem sido motivo de debate entre diferentes autores, gerando discórdia. A definição mais consensual na literatura aponta para a ideia de identidade nacional enquanto sentimento de pertença do indivíduo a uma nação, identificando-se com a sua história, cultura e outro tipo de símbolos nacionais como a memória coletiva (Smith, 1991: 14).

A teoria de identidade social de John Turner e Henri Tajfel (1979:33-36) desenvolve a ideia de que a identidade de uma pessoa é moldada pelas relações sociais que ela estabelece com diferentes grupos. Neste sentido, ao compartilharem, através da memória coletiva, a categorização de vitimização de Robin Cohen, os membros da diáspora, subconscientemente preservam a sua identidade nacional, fortalecendo a coesão do grupo (Cohen, 1997: 178). Este processo de identificação social facilita da mesma forma a uniformidade relativamente às dinâmicas dos membros do grupo social ao qual pertencem.

No entanto, Benedict Anderson, considerado o "pai" do nacionalismo de longa distância, argumenta que tudo o que envolve a identidade nacional é algo construído estrategicamente de forma a servir certos interesses. Noutros termos, seria algo fictício. Independentemente deste último pormenor, o nacionalismo consegue ter um dinamismo social amplo a todos os níveis que Anderson (2008:334) reforça quando diz: "Foi essa fraternidade construída... que tornou possível nestes dois séculos, tantos milhões de pessoas... morrer por criações imaginárias limitadas". Em *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*, Roger Chartier (2002: 23) reitera esta ideia

de ausência de naturalidade da identidade nacional ao falar do ato de representar e do poderio do simbolismo que molda as narrativas de maneira a servir os seus interesses.

Em *National Identity* (1991) e *Ethno-symbolism and Nationalism: A Cultural Approach* (2001), referências centrais da teoria etno-simbolista, Anthony Smith considera o conceito de nação como algo recente, mas admite a pré-existência da vertente cultural e étnica ao Estado-nação – ou seja, dos símbolos nacionais, porém sem essa denominação (Smith, 2009: 5-7). Já Gellner (1983: 23-25), na mesma lógica de Anderson e Chartier, afirma que estes aspetos étnicos e simbólicos foram concebidos com uma finalidade estratégica. Além disto, Samuel Huntington (2004: 12-17) observa que, com o progresso contínuo das redes transnacionais, movimentos migratórios e globalização, torna-se mais acessível para as diásporas estabelecer laços com o país de origem.

A substância identitária da diáspora, grupo étnico socialmente construído, pode ainda ser compreendida à luz da noção de "mito-motor", formulada por John Armstrong na sua obra *Nations before Nationalism* (1982). Armstrong define o "mito-motor" como "uma crença de identidade coerente e fortemente sustentada" (1982: 292-293). Em termos práticos, a luta pelo reconhecimento do Genocídio poderá ser interpretada como um "mito-motor", na medida em que a memória do Genocídio produz dinâmicas sociais particulares na definição da perceção identitária de um conjunto de indivíduos que formam a diáspora arménia (Armstrong, 1982: 289-294). Remetendo para a crença na partilha e na transmissão do passado às gerações seguintes, segundo Anthony Smith (2009: 24), esta conceptualização híbrida do termo resulta das visões de ambos os autores, partilhando a questão da preservação da identidade.

Como já foi avançado, a transmissão da memória dos acontecimentos de 1915-1923 de geração em geração tem um impacto significativo na preservação da identidade nacional. Porém, se desconstruirmos este processo e observarmos como se originou, não exclusivamente em termos históricos, mas sobretudo numa vertente sociológica, ficará mais clara a orientação da diáspora em relação às dinâmicas relacionadas com o compartilhamento da memória do Genocídio. A memória em causa, segundo Jan Assmann, pode-se designar por memória comunicativa (2008b: 117). O caso da diáspora arménia partilha todas as principais características desta

subcategoria da memória coletiva, sendo a memória cultural a outra. Dentro deste conjunto de características destaca-se o habitual processo informal de transmissão no quotidiano e o seu conteúdo vivenciado ou minimamente recente a nível temporal – aproximadamente até um século desde o evento em causa (Assmann, 2008b: 126).

Atualmente, o destino identitário partilhado pelos arménios étnicos que formam a diáspora é impulsionado pelo mito-motor que corresponsabiliza e mobiliza os arménios para o não esquecimento das atrocidades pelas quais passaram os seus antepassados. Ao mesmo tempo, define um inimigo comum do grupo, o que reforça ainda mais a sua perceção identitária (Demmers, 2007: 16-18). Pela contextualização já apresentada, a Turquia insere-se bastante bem neste tipo de formulação. Contudo, uma vez que o passado proporciona uma vertente temporal fulcral na interpretação do presente no seio da diáspora arménia, devemos ter em conta a possibilidade de o mito-motor ser visto como um elemento eficaz de manipulação e instrumentalização na atribuição da culpabilidade (Guibernau, 1996: 32-33). A questão da analogia entre a origem do Genocídio e do conflito em Nagorno-Karabakh geram controvérsia, se olharmos para os dois eventos sob esta perspetiva.

Os arménios interpretaram o conflito de Nagorno-Karabakh de uma forma muito particular. Com base na memória coletiva do Genocídio executado pelos turcos, os arménios conceptualizaram que existiam indícios de continuidade no comportamento azeri em Nagorno-Karabakh em 1988. (Cornell, 1998: 61). Porém, como já foi referido, é necessário de ter em consideração o elemento de instrumentalização que certos símbolos poderão ter nas construções sociais e definição de narrativas. Para além de ter mobilizado a diáspora arménia e reforçado a solidariedade entre os seus membros, o conflito de Nagorno-Karabakh passou a ser associado à luta pelo reconhecimento do Genocídio que tinha acontecido há mais de meio século atrás (Somers, 1994: 616). Esta questão da responsabilidade retrospectiva define bastante bem a importância que acontecimentos remotos têm na vertente identitária atualmente.

Para além da ligação pessoal com os símbolos nacionais, a identidade nacional assenta na convicção do indivíduo de que ele faz parte da nação, o que lhe dá motivação para preservar essa identidade (Guibernau, 2004: 135-136). Afim de sustentar o argumento desta dissertação, é essencial perceber a capacidade de vinculação deste fator identitário.

2.2. Genocídio: uma visão conceptual

O genocídio consiste na destruição, em parte ou na totalidade, refletida e intencional do conjunto de pessoas associadas a uma única raça, etnia, nacionalidade ou religião. O objetivo final de um genocídio é de acabar definitivamente com a existência desse grupo, tornando-o numa das principais crueldades internacionais (Jacobs, 2012: 10-24). Deste modo,

No crime matches genocide in the moral opprobrium that it generates. It is a crime which, despite its well-documented destructive impact on societies and the progressive enforcement of human rights norms in the international community, has more than a historical relevance (Andreopoulos, 1994: 1).

Este excerto permite realçar a intencionalidade destrutiva do genocídio que envolve um agressor, a(s) vítima(s) e o contexto que orienta a conduta do agressor perante a vítima.

O termo "genocídio" surgiu em 1944, introduzido pelo judeu polaco Raphael Lemkin (1946: 227). Anteriormente, já tinham sido registados acontecimentos com o mesmo tipo de características que tinham sido reconhecidos como uma violação do Direito Internacional, nomeadamente o "Genocídio Arménio", mas a sua denominação era diversificada. A inexistência de uma base legislativa universal concreta permitiu a sua reincidência em diferentes fases históricas. Apenas em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a "Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio" na sua Assembleia-Geral, de forma a punir os responsáveis pelas atrocidades cometidas e evitar eventos análogos no futuro, não existindo a possibilidade de ser prescrito, levando em conta a retroatividade da Convenção (*ibid.*).

Apesar do reconhecimento inicial, a impunidade deste tipo de acontecimentos leva a que os culpados pelas atrocidades assumam mais tarde uma posição de negação da factualidade das mesmas e a uma conseqüente tentativa de forçar o esquecimento total do evento e/ou ao mesmo tempo transferem a responsabilidade para outros atores, incriminando-os (Lemkin, 1946: 229). Em termos morais, este tipo de atitude é completamente desprezado pela comunidade internacional. As vítimas

deste tipo de eventos trágicos guardam a memória dos mesmos para toda a vida, tendo no futuro diferentes formas de se expressarem acerca do que foi vivido (Cohen, 2001: 188). Enquanto umas assumem uma posição mais ativa, exteriorizando os seus sentimentos, tentando restabelecer a justiça, outras procuram forçar o esquecimento, conscientemente ou não (Forsberg, 2001: 64-67).

2.3. A memória coletiva

A memória coletiva está especialmente ligada aos eventos do passado, porém ela influencia diretamente o presente e o futuro, tanto pelo seu esquecimento como pelo esforço em mantê-la atual. Contudo, a memória não representa diretamente os factos, sendo uma representação social dos mesmos. Face à sua constante reformulação social, sofre uma transformação ao longo do tempo, daí ser inevitável a sua dissociação da história (Halbwachs, 1990: 80-83). Pela história, é exposto outro tipo de complexidade processual, cuja principal característica é a descontinuidade, contrariamente ao que acontece com a memória coletiva, na qual a extensão temporal depende dos grupos que a preservam socialmente (Barash, 2016: 24). Ou seja, enquanto os membros de um grupo como a diáspora conseguem preservar uma memória, esta última preserva de igual modo a existência social do grupo. Deste modo verifica-se uma conexão temporal entre a identidade e a memória que se define da seguinte forma:

[...] the collective memory of a nation is part of its cultural heritage and tradition, the set of symbols invoked in order to produce elements of social solidarity and cultural cohesion. Within different societies, historical events serve as focal points for the reproduction of collective representations that shape the contemporaries own understanding of their identity and their relationship to the past and a nation's soil (Roudometof, 2002: 7).

Roudometof pretende assim transmitir a ideia de que preservação da memória do passado está diretamente relacionada com a sua reprodução social, definindo assim a interpretação da identidade nacional do grupo social em causa. Alberto Rivero

(2000:24-27) acrescenta ainda que a existência da identidade está dependente da memória. O cariz identitário da memória do Genocídio Arménio reforça a preponderância do seu compartilhamento social no seio da diáspora.

Maurice Halbwachs, uma das principais referências no que toca à memória coletiva, afirma numa das suas obras que: "a memória coletiva não se confunde com a história, e que a expressão "memória histórica" não foi escolhida com muita felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto" (1990: 80). O que Halbwachs pretende dizer, na mesma linha orientadora de outros autores como Assmann e Renan (2018a; 2018), é que o conceito de memória não é tão imparcial como o de história, sendo que o primeiro é muitas vezes influenciado e moldado pela identidade e visão do grupo que vai preservando e transmitindo essa memória coletiva de geração em geração.

Para além das características anteriormente apresentadas e que distinguem os dois conceitos, Antoon De Baets alerta ainda para a possibilidade de censura por parte do grupo que defende uma posição baseada na memória coletiva que não seja partilhada por outros – historicamente, característica típica dos regimes ditatoriais (De Baets, 2002: 19-26). Isto ilustra mais uma vez a dificuldade do grupo em questão em considerar outro tipo de versões do passado (Assmann, 1998:15).

A memória de eventos marcantes do passado é abundantemente difundida em certas diásporas, o que contribui para manter a sua identidade nacional viva e, conseqüentemente, garantir um estímulo para a sua atuação no contexto nacional, fortalecendo essa relação. Por outras palavras, funciona como um símbolo nacional.

2.3.1. A memória do Genocídio Arménio

A memória coletiva do Genocídio Arménio está intrinsecamente ligada à diáspora. O significado simbólico e a ligação particular da diáspora com o Genocídio remetem para as origens da sua formação, mas não só. A Causa Arménia fazia

igualmente parte de um processo de instrumentalização por parte das elites soviéticas¹¹.

A diáspora, num contexto sociopolítico diferente, manteve viva a memória coletiva do Genocídio Arménio. A sua sucessiva transmissão intergeracional (ambiente familiar) e intrageracional (outros tipos de contextos sociais) consiste num processo contínuo de partilha e reconstrução dos eventos de 1915-1923 (Hirsch, 2008:115). Essa reprodução e transmissão tem origens num ambiente familiar (privado), e apresenta continuidade em ambientes formais como escolas, universidades e organizações não governamentais que promovem a discussão do Genocídio Arménio (Firat et al, 2017: 12).

Ao focar a continuidade da história arménia, observa-se que os elementos traumáticos do Genocídio têm um significado importante na preservação do passado, nomeadamente para o conflito armado em Nagorno-Karabakh (Tololyan, 2007: 120). Apesar das pessoas que passaram diretamente por este ato de desumanidade já não estarem vivas, as suas memórias estimulam dinâmicas nos dias de hoje (Hirsch, 2008: 104). Todavia, Marianne Hirsch argumenta que existe uma diferença muito significativa entre a memória coletiva da geração atual da diáspora arménia e a memória das pessoas que conseguiram escapar do castigo otomano, independentemente da forma como foi transmitida. Fala-se na inexistência de uma "ligação orgânica" com os sobreviventes do Genocídio (Firat et al, 2017: 5). Na sua argumentação, Hirsch refere-se à memória das gerações seguintes como "pós-memória".

Ainda que alguns autores como Ernst Van Alphen (2006:473-488) insistam na impossibilidade de transmissão de algo que se viveu através do contexto social, a sua reprodução fragmentada e distante em termos temporais não impede uma significativa ligação com o passado dessas gerações, estimulada por um conjunto de símbolos do evento, como fotografias, locais, etc. (Assmann, 2008a: 120-122). Para os arménios de todo o mundo, o dia 24 de abril – data de homenagem às vítimas do Genocídio Arménio – retrata um desses estímulos, o que Pierre Nora (1989: 7-12) denomina como "locais de memória", quando se refere a algo que suscite uma memória. Neste

¹¹ A URSS via a Causa Arménia como uma vantagem na execução da sua política externa quando esta envolvia a Turquia. Pressionando-a com este tópico e a revisão dos tratados que envolviam questões territoriais, os soviéticos conseguiam concessões turcas noutros assuntos (Suny, 1993: 166).

caso, estamos a falar da memória de uma nação, que dá origem ao sentimento de pertença e identidade nacional.

Por tudo o que causou, o Genocídio Arménio marca um momento de descontinuidade com o que se ia sucedendo até então e a postura assumida pelas vítimas e gerações seguintes posteriormente. Se no período precedente ao Genocídio já se verificava um tratamento opressivo por parte do Império Otomano aos arménios, a deportação e o assassinio de milhões de arménios simbolizou uma dimensão absolutamente inimaginável neste contexto. Definitivamente este evento marcou um ponto de descontinuidade na história arménia, o impacto do Genocídio foi determinante para mentalizar os arménios de que a sua identidade nacional estaria em risco. Este é o elemento essencial de salvaguarda para evitar um futuro comprometedor para esta nação.

Nesta sequência, em contraste com a corrente positivista, Max Weber argumenta que o conceito de ação social permite fazer uma análise da ligação lógica das ações das pessoas (1979:5). Assim, é fundamental compreender o que está por trás dessa ação, analisando a motivação dos arménios que formam a diáspora e assim compreender as razões do seu comportamento em relação ao Genocídio.

Relativamente à interpretação deste fenómeno de ação social, Weber propõe diversas possibilidades que têm uma relação intermitente entre si (1979: 24). Isto é, um único indivíduo pode reproduzir mais que um tipo de ação social. A primeira é a Ação Tradicional (Teske, 2005: 108-11), que remete para a ideia de herança e transmissão cultural inerente a uma ação, e não propriamente para o entendimento individual dessa ação. Nesta ótica, os arménios que formam a diáspora têm uma posição ativa na luta pelo reconhecimento do genocídio e, no cenário de Nagorno-Karabakh, orientam as suas ações na necessidade de resguardar a memória dos seus antepassados, como um legado seu (Cavalli, 2004: 115-120).

Em segundo lugar, Weber aborda as ações dos indivíduos que são motivados por uma vertente mais emotiva e sentimental e menos racional, o que também se verifica nas ações e na agenda da diáspora. De facto, estas são muitas vezes motivadas por sentimentos como o ódio, a injustiça e o rancor pelo aniquilamento dos seus antepassados entre 1915 e 1923 sob o Império Otomano (De Zayas, 2010: 18). No entanto, esses sentimentos foram redirecionados para o Estado turco, por este

não reconhecer os acontecimentos suprarreferidos, assim como para o Azerbaijão, pela visão socialmente construída de que em Nagorno-Karabakh os arménios étnicos sofreriam outro massacre similar ao Genocídio Arménio (Cornell, 1998: 61). Este tipo de ação social mobilizou significativamente a diáspora arménia e influenciou o seu comportamento. Contudo, esta perspetiva que não se preocupa com a contextualização histórica mais profunda e detalhada, evidencia aspetos ahistoricistas do tempocentrismo, abordagem da Sociologia Histórica aprofundada mais adiante neste capítulo (Hobden e Hobsen, 2002: 7). Da mesma forma, partilha algumas características do romantismo¹², refutando a razão.

Weber apresenta mais duas categorias de ação social de cariz racional. Uma delas está relacionada com aquilo que o indivíduo pretende alcançar e os "instrumentos" para levar a cabo tal ação; a outra prende-se com os valores de cada um de nós (Weber, 1979: 26-27). A ação social de cariz racional relativa aos fins é orientada racionalmente pelo seu objetivo final. Entretanto para o indivíduo atingir o seu propósito, ocorre um apuramento dos melhores recursos para tal (*ibid.*)

No caso da diáspora arménia, defende-se que a vertente de ação social relativa a valores é a mais adequada. Neste tipo de ação social, o indivíduo orienta a sua conduta pelos seus valores invioláveis, jamais relegando-os para segundo plano, independentemente das consequências a que tal comportamento poderá conduzir (Ter-Petrossian, 2017: 50). Tratam-se de ideais que foram determinados pela transmissão da memória coletiva do Genocídio, e que conseqüentemente, se tornaram na sua pós-memória (Hirsch, 2008: 104).

Ao estabelecer uma agenda tão rígida relativamente ao reconhecimento do Genocídio Arménio pela Turquia, a diáspora dificulta qualquer tipo de solução que permita desafogar o isolamento económico da Arménia (Gasparyan, 2016: 267-268). Desde 1991, existe uma grande tensão entre o Estado independente da Arménia e a Turquia. A tensão desta relação consiste no facto dos turcos não estarem dispostos a denominar o que aconteceu entre 1915 e 1923 de genocídio (Marutyan, 2009: 274). Em parte, a dificuldade em normalizar as relações entre os dois países consiste no papel crescente da diáspora na política externa arménia desde o fim da URSS.

¹² As principais características deste movimento, que envolve diferentes vertentes (literária, artística, etc.), consistem numa posição predominantemente nacionalista, excesso sentimental/emotivo e ausência de uma ótica racional (Spielvogel, 2009: 457).

Posto isto, segundo a perspectiva arménia, a negação turca está parcialmente relacionada com o conflito em Nagorno-Karabakh. Ao considerar que o Azerbaijão estaria a ter um comportamento semelhante em relação aos arménios étnicos na região de Nagorno-Karabakh ao do Império Otomano, numa lógica de continuidade histórica, as relações com os azeris também têm estado bloqueadas (Dogru, 2015: 214-215). Desde o momento em que o conflito em Nagorno-Karabakh ganhou outra dimensão, o Azerbaijão e a Turquia impuseram à Arménia um conjunto de obstáculos económicos. Já numa situação deplorável depois do desmembramento da União Soviética, este bloqueio veio dificultar ainda mais a prosperidade da Arménia como Estado independente, conduzindo a uma colossal dependência do apoio internacional promovida pela sua diáspora de várias formas: remessas, investimento direto ou apoio financeiro internacional conseguido através do *lobbying* das suas organizações (Tololyan, 2007: 114).

Além de prejudicar as relações diplomáticas entre os três países, estas dinâmicas dificultam igualmente o desenvolvimento económico da Arménia. É importante referir que a Turquia, a par da Rússia, é o principal ponto de interligação comercial entre a Europa e a Ásia e uma das economias mais poderosas dessa região (Oskanian, 2011: 23-27). Na conjuntura atual, a entrada da Arménia neste mercado será possível apenas num contexto de estabilidade regional. O impacto desta possibilidade será discutido mais detalhadamente no último capítulo da dissertação.

Olhando para a relação de causa e efeito desta posição da Velha Diáspora, é necessário entender que esta não admite qualquer tipo de concessões. Assim sendo, a sua ação social consiste na sua ética de que a preservação da memória das vítimas do Genocídio e o impedimento de injustiças análogas estão acima de quaisquer outros interesses (Shain e Barth, 2003: 465). Qualquer cedência relativamente aos pontos da sua agenda, previamente referidos, estarão a desonrar e a provocar a gradual ignorância das atrocidades de 1915-1923.

Assim, nesta balança, os valores e ideais têm sempre um peso maior. Por outras palavras, estes valores e ideais não são absolutos, decorrem inevitavelmente de uma escolha com base numa hierarquização segundo critérios estabelecidos por quem os enuncia e defende.

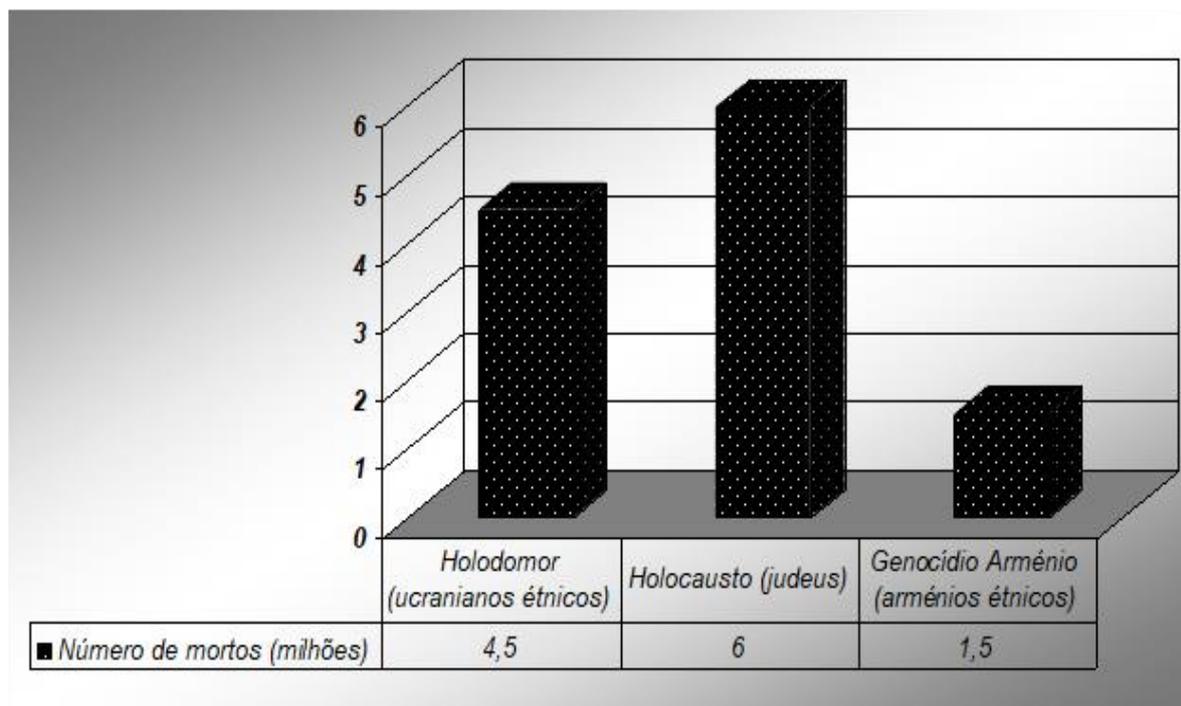
2.4. A negação do Genocídio

Os estados de negação são discutidos por Stanley Cohen (2001: 185-198) nas suas obras, onde são analisados e classificados todos os estados de negação, abordados detalhadamente ao longo deste capítulo. O livro trata de classificar e examinar diversos tipos de negação, organizando essas classificações de acordo com o estado psicológico, o tempo, o agente e o espaço. Cohen explora como funciona a negação, a sua origem, quem são os seus agentes e quais os seus efeitos. Com a seguinte abordagem pretende-se compreender as dinâmicas de negação envolvidas no caso em estudo.

A análise da veracidade factual relativa ao reconhecimento do Genocídio é importante não só para os arménios – em particular para a diáspora – mas também para os turcos. Neste sentido, a Turquia apresenta uma outra perspetiva dos eventos de 1915, diferente da forma como são narrados pelos arménios, legitimando os seus atos do passado (Schrodt, 2014: 256-259). A rejeição turca da versão arménia dos eventos trágicos durante os tempos do Império Otomano consiste numa justificação que engloba traição, revolta nacionalista e outros fatores humanitários como a fome para legitimar a deportação em massa e, em seguida, a tentativa de extermínio racial de mais de quatrocentos mil arménios étnicos, segundo os seus cálculos (Schrodt, 2014: 185-200). Simplificando, de acordo com este ponto de vista, as nuances mencionadas anteriormente justificam uma das maiores monstruosidades do século XX, a par com os campos de concentração nazi e a fome em massa dos ucranianos (Figura 4).

Em *States of Denial: Knowing about atrocities and suffering* (2001), Stanley Cohen apresenta vários estados de negação – literal, interpretativa e implicatória – ajudando a enquadrar o argumento do não reconhecimento do Genocídio, ampliando a perspetiva da investigação e a questão da preservação da memória coletiva. Ao expor a vertente emocional, ética e cognitiva do negador, Cohen contextualiza de forma mais específica e compreensiva o que está por trás dos diferentes estados de negação. De forma a evitar uma simples listagem dos conceitos apresentados pelos autores, considera-se pertinente congregar o aspeto conceptual – as variáveis de negação - e prático desta análise olhando para o caso turco.

Figura 4 - Estimativa do número de vítimas mortais resultante dos massacres étnicos da primeira metade do século XX



Fonte: Adaptado pelo autor da dissertação com base nos estudos da International Association of Genocide Scholars (IAGS); Holocaust and Genocide Studies; Institute of Demography and Social Studies of the Ukrainian National Academy

Ainda que estejamos sempre a falar da negação de algo, neste caso do Genocídio Arménio, distinguir os conceitos de negação consciente e inconsciente permite introduzir alguma nuance na interpretação da negação. De uma forma muito simples, a diferença entre ambos consiste no aspeto psicológico (Cohen, 2001: 4-6). Noutros termos, a negação é uma forma de um indivíduo se resguardar quanto a algo que lhe traz inquietação, independentemente de isso ser verdade ou não. Acaba por ser uma negação inconsciente de factos indesejados (Cohen, 2001: 4-6). No seio da diáspora arménia, este tipo de comportamento foi bastante comum. Daí, inicialmente a transmissão geracional, principalmente no ambiente familiar, da memória coletiva das barbaridades vivenciadas ter ficado limitada por esta atitude mais contida. As pessoas evitavam contar histórias sobre aquilo que lhes trazia bastante desconforto psicológico (Firat et al, 2017: 11). Em relação à negação consciente, trata-se de uma escolha deliberada em negar algo, uma forma diferente de lidar com um assunto que incomoda. Neste cenário, estaremos a falar da negação histórica, subcategoria dos

estados de negação de Cohen, que, no entanto, gera um efeito mobilizador da diáspora arménia, fixando-se como o ponto principal da sua agenda (Specter, 2010: 3-7).

Para as vítimas sobreviventes – os arménios que residiam no Império Otomano – estes acontecimentos tiveram repercussões no seu estado mental que foram para além do impacto imediato da altura. Preliminarmente, os arménios evitam abordar a todo custo o horror pelo qual passaram (Minow, 2002: 16). No entanto, esse comportamento foi-se gradualmente alterando, tendo uma atitude antagónica à medida que o tempo passava, procurando conservar a todo custo a memória do Genocídio. Com esta atitude, os arménios pretendiam impossibilitar um novo massacre do povo arménio no futuro.

A interpretação da academia turca tem diversificado a sua negação histórica do Genocídio Arménio com o passar do tempo, variando na qualificação do que aconteceu e nas suas origens (Whitehorn, 2015: 105-106). Ao longo de quase todo o século XX, o discurso governamental turco negava literalmente o Genocídio. Posteriormente, devido à mobilização internacional do assunto através do esforço da diáspora, o desmantelamento da URSS e o fim do paradigma bipolar, que deu outra visibilidade ao tema, foi inevitável adaptar outro tipo de posição perante a comunidade internacional (Avedian, 2019: 142). Em particular, as origens do conflito de Nagorno-Karabakh, a dissolução da União Soviética e o fim da Guerra Fria deram outra vida à luta pelo reconhecimento do Genocídio Arménio.

Robert Hewsen (2001: 234-254) argumenta que a negação oficial e histórica da existência da nação arménia, e posteriormente do Genocídio por parte do governo azeri tem sido outro dos motivos de mobilização da diáspora arménia. Estes fatores, juntamente com a memória dos eventos de 1915-1923, originaram o conflito em Nagorno-Karabakh. Ainda assim, o fim da URSS impulsionou ainda mais a agenda da diáspora arménia. O facto dos EUA após o fim da Guerra Fria já não terem de se preocupar com a ameaça soviética, reestruturou a sua agenda governamental e deu lugar a outro tipo de questões. A diáspora arménia aproveitou esta ocasião para promover a sua agenda, procurando desde logo via *lobbying* apoio económico e político à recém-independente República da Arménia (Cameron, 2003: 91). Para além dos EUA, nalguns Estados onde a diáspora se estabeleceu em maior número, foi

mobilizada uma pressão com o intuito do Genocídio de 1915-1923 ser reconhecido internacionalmente como tal.

Por sua vez, o governo turco, pressionado pelo mundo académico e humanitário internacional, alterou o seu discurso para uma negação interpretativa quando Recep Tayyip Erdogan¹³ lamentou pela primeira vez em 2014 o que aconteceu no passado durante a liderança dos Jovens Turcos, sem no entanto assumir a ocorrência de um genocídio (Avedian, 2019: 142). A negação interpretativa consiste num jogo de palavras em que não são totalmente desmentidos os factos em questão; ainda assim, não deixa de ser uma retórica discursiva que rejeita deliberadamente outras versões (Cohen, 2001: 7).

O Genocídio Arménio é atualmente um conceito tabu na Turquia; os discursos têm sido limitados por outro tipo de narrativas, negando a designação do mesmo. Esta estratégia discursiva não nega o que aconteceu, no entanto evita usar o termo genocídio, uma vez que é conceptualizado como uma ofensa à nação turca que é censurada por lei. Em última análise, este tipo de negação literal, histórica e oficial tem um único objetivo, o de minimizar e descartar as reivindicações históricas da nação arménia, evitando situações desconfortáveis para a Turquia (Cohen, 2001:3-5).

2.4.1. A negação da identidade nacional – o caso da Turquia

O Genocídio Arménio marcou indiscutivelmente uma nova página na história da nação arménia. Os milhões de mortos e deportados do Império Otomano dificilmente serão esquecidos; graças à diáspora, a memória coletiva tem sido preservada e mobilizada. Eventos como o genocídio rompem a continuidade temporal e determinam parcialmente a identidade arménia (Cavalli, 2004: 115-120). Deste modo, a luta pelo reconhecimento dos acontecimentos de 1915-1923 como genocídio e, em contraposição, a negação turca, reforçam a questão da identidade nacional arménia. Estas dinâmicas funcionam como um elemento estimulador para a atividade da diáspora (Armstrong, 1982: 289-294).

¹³ Ex-Primeiro-Ministro e atual Presidente da Turquia desde 2014.

Independentemente de autores como Anderson (2008) e Chartier (2002) rejeitarem a ideia da naturalidade dos símbolos nacionais, ambos concordam com o seu poder de mobilização dos grupos sociais. A posição adotada por Benedict Anderson (2008: 4) facilita a compreensão das ideias que suportam o argumento desta dissertação, quando se refere à identidade nacional da forma seguinte:

To understand them properly we need to consider carefully how they have come into historical being, in what ways their meanings have changed over time, and why, today, they command such profound emotional legitimacy (Anderson, 2008: 4)

Anderson (*ibid.*) propõe uma interpretação mais extensa da temporalidade evolutiva dos símbolos nacionais, sobretudo a nível histórico. Torna-se assim possível compreender de uma forma pertinente o seu significado atual. O Genocídio espelha de uma forma clara esta hipótese, conceptualizando a ótica da diáspora arménia relativamente ao passado e à sua identidade nacional.

A diáspora acaba por ser um elemento crucial na preservação da identidade nacional arménia, ao sustentar persistentemente uma posição generalizada dos eventos de 1915-1923 com base na memória coletiva, a qual simboliza um passado que é constantemente negado, sobretudo pela Turquia e pelo Azerbaijão. Assim sendo, as narrativas que negam o facto de ter ocorrido um genocídio geram o dever de memória daqueles que conseguiram escapar com vida, e das gerações seguintes, de forma a não permitir a negação da sua identidade nacional (Sheffer, 1986: 39-43).

Este ambiente de censura é perceptível no seio da diáspora arménia que reside na Turquia e Azerbaijão. Tal como os curdos¹⁴, os arménios que permaneceram na Turquia têm sido forçados a negar a sua identidade nacional (Repair, 2014). As injustiças sociais para as minorias étnicas da Turquia, tal como no período do Império

¹⁴ Grupo étnico atualmente formado por mais de vinte e cinco milhões de pessoas, concentrado maioritariamente na Turquia. É de realçar que atualmente não existe um Estado curdo, apesar das suas reivindicações territoriais, desde o Tratado de Sèvres que acordava o estabelecimento do Curdistão. Porém, tal como com a Arménia, o Tratado de Lausana já não previa essa condição. Desde essa altura, numa lógica nacionalista, a Turquia tem negado a identidade nacional curda, através da repressão étnica. Tal resultou num conflito armado entre os turcos e os curdos, atingindo o seu auge na década de 1980. Ainda hoje, o conflito mantém-se ativo (Meho, 1997: 9-10).

Otomano, continuaram incessantemente desde a proclamação da sua independência e a assinatura do Tratado de Lausana (Robertson, 2006: 300-303). Para além de destruir gradualmente todo o vestígio histórico e cultural deixado pelos arménios no seu atual território, a Turquia tem concentrado maioritariamente as suas forças na negação do Genocídio Arménio, forçando assim a assimilação identitária. Na opinião pública turca aborda-se a probabilidade de que, após assumir que ocorreu um genocídio dos arménios em 1915, será prontamente exigido pelos arménios indemnizações e restituições territoriais, isto com base na Causa Arménia (Ter-Petrossian, 2017: 104-105).

Publicamente, o Estado transmite esta narrativa nacionalista turca. No contexto escolar no Azerbaijão e na Turquia, é ensinado que não houve genocídio algum, com base num conjunto variado de explicações e razões do que aconteceu, na mesma linha dos seus governos (Firat et al, 2017: 13). Logicamente, a tentativa de mobilização identitária arménia é alvo de forte repressão turca.

Todavia, a morte do jornalista turco de origem arménia, Hrant Dink, foi um ponto de viragem para a diáspora arménia da Turquia. Dink defendia uma visão bastante clara quanto à relação entre a Turquia e a Arménia (Daily Sabah, 2020). Ele afirma que, de forma a restabelecer uma relação saudável entre os Estados, a Arménia não devia exigir o reconhecimento internacional do Genocídio. Por outro lado, competiria à Turquia deixar de negar a identidade nacional da minoria étnica arménia, assim como admitir que possa ter ocorrido um genocídio dos arménios cometido pelos otomanos. Uma discussão deste segundo ponto no jornal de Dink – *Agos* - resultou numa série de acusações, com base no já mencionado artigo 301 do Código Penal da Turquia. Em janeiro de 2007, Hrant Dink foi assassinado a tiro por um jovem nacionalista turco (Von Voss, 2007: 108). Sem dúvida que a morte de Dink simboliza um momento marcante para a mobilização da identidade nacional da diáspora arménia na Turquia. Milhares de arménios encheram Istambul no dia do seu funeral, proclamando sem receio as suas origens identitárias arménias (Agadjanian, 2016: 189). Alessandro Cavalli denomina estes eventos como cruciais, no sentido em que um "evento crucial" desempenha a função simbólica de fechar contas passadas e abrir uma nova era (2004: 116).

Este tipo de acontecimentos acaba por ser o alicerce da preservação identitária arménia, impedindo a negação da sua identidade (Nora, 1996: 523-525). O

Genocídio Arménio, o conflito de Nagorno-Karabakh e o assassinio de Hrant Dink marcam a história da nação arménia, estando todos relacionados com a negação da identidade nacional. A vertente psicológica explica a colossal mobilização da diáspora arménia em torno da Causa Arménia, mantendo viva a chama identitária nacional.

2.4.2. O posicionamento internacional face ao Genocídio Arménio

Foi notório que, com a evolução das relações transnacionais e a globalização, o fator da disseminação pública deu outra visibilidade à luta pelo reconhecimento do Genocídio Arménio e ao conflito em Nagorno-Karabakh (King e Pomper, 2004:2). Na última década do século XX, com o fim da Guerra Fria, as organizações institucionalizadas representantes da diáspora arménia no espaço político estadunidense como a ANCA ou a AAA, e da diáspora na França, começaram a exercer uma grande pressão sobre a comunidade internacional. Tornou-se possível influenciar decisões de modo a conseguir o apoio económico para a Arménia independente e a imposição de diferentes tipos de sanções contra a Turquia e Azerbaijão, como a Seção 907 da Lei de Apoio à Liberdade¹⁵ (Aydin e Erhan, 2003:190).

Porém, no que se refere ao Genocídio Arménio, a narrativa turca, para além de negar os factos, mantém uma postura relativista (Ter-Petrossian, 2017: 116). Se a diáspora admitisse a inexistência de uma verdade absoluta e o consequente revisionismo histórico, consentiria a uma reinterpretação da história, o que colocaria em causa a crueldade otomana (Whitehorn, 2015: 105-106). A constante negação turca procura ocultar a sua responsabilidade moral. A proposta turca de formar uma comissão conjunta de historiadores turcos e arménios para investigar o que realmente aconteceu entre 1915-1923 coloca em causa o sofrimento e desumanidade pelos quais passaram os seus antepassados e que foi sendo transmitido de geração em geração de forma a impossibilitar a sua reincidência (Ter-Petrossian, 2017: 6).

Este tipo de atitude desafia não só a identidade nacional arménia como os valores morais num contexto global. Identicamente, poderíamos questionar a

¹⁵ Em 1992, através da sua atividade de *lobbying* junto do governo norte-americano, a diáspora arménia conseguiu que o Azerbaijão, na sequência dos acontecimentos em Nagorno-Karabakh, fosse o único país independente da extinta URSS que não receberia na altura ajuda económica dos EUA (Section 907 of the Freedom Support Act, 1992).

denominação que é atribuída àquilo que aconteceu com os judeus nos campos de concentração nazi ou com os ucranianos durante a crise de fome entre 1932 e 1933 no período da União Soviética. Vários Estados adotaram medidas condenatórias a nível legislativo a quem negue ou manipule intencionalmente acontecimentos imorais como o Genocídio Arménio, o Holocausto ou o Holodomor. Por exemplo, a negação do Holocausto ou a distorção do que aconteceu no período relativo a este evento é atualmente punido por lei em 17 países (Bartrop, 2018: 152). Em sentido oposto, na Turquia, quem se referir aos eventos que resultaram em mais de um milhão de mortos de origem arménia como genocídio cometido pela Turquia é condenado por degenerar a imagem nacional turca, de acordo com o artigo 301 do Código Penal Turco. Este facto "congelou" o processo de integração turco na UE em 2006, tendo o governo sido acusado de obstruir a liberdade de expressão dentro das suas fronteiras (Hughes, 2011: 82).

Apesar do relativismo contemporâneo turco, a diáspora arménia tem sido capaz de se impor gradualmente na luta pelo reconhecimento do Genocídio Arménio. O decreto-lei francês de 2019 que oficializa a comemoração anual do Genocídio Arménio em Paris no dia 24 de abril ilustra bem isso (Azatutyn, 2020). A seguinte citação retirada da carta enviada pelo presidente francês Emmanuel Macron ao presidente arménio Sarkissian no âmbito do Genocídio Arménio reforça a posição francesa:

On April 24, France commemorates the massacre of 600 Armenian intellectuals in Constantinople, which marked the beginning of the genocide. Today, more than ever, France is committed to protecting the memory of its victims, fighting against denial, and learning a serious lesson from the pages of this tragic story (Macron, 2020)

Com base na memória coletiva dos seus antepassados e do nacionalismo de longa-distância, a mobilização da nação arménia em torno dos objetivos da agenda diaspórica continua a gerar dinâmicas em diversas esferas sociais, políticas, económicas, entre outras, mesmo mais de um século após o seu início. Ao mesmo tempo, outros Estados não negam nem reconhecem o Genocídio Arménio. Esta posição neutra tem como objetivo a preservação das relações destes Estados com a Turquia. No entanto, divisões administrativas como certas comunidades autónomas

em Espanha ou *oblasts* na Bulgária reconhecem oficialmente o Genocídio Arménio (EURACTIV, 2016).

Foi possível ver que apesar de alguns Estados assumirem uma posição bem clara em relação ao reconhecimento do Genocídio Arménio, outros não subscrevem a Causa Arménia com receio de comprometer relações diplomáticas com a Turquia, entre outras razões. Ainda assim, foi demonstrado que esse não reconhecimento não tem sido propriamente um obstáculo à diáspora arménia, contribuindo pelo contrário ainda mais para a sua mobilização.

2.5. A continuidade sócio-histórica: a importância do fator temporal

Após uma breve introdução da sociologia histórica, a identidade e a temporalidade são analisadas na ótica do caso de Nagorno-Karabakh. É importante nesta fase entender que a preservação da identidade nacional por parte da diáspora arménia consiste sobretudo no medo de a comprometer com base na experiência e memória dos seus antepassados. Contrariamente a uma teoria exclusivamente centrada no presente.

A disciplina da sociologia histórica é um elemento vital para o fio condutor desta investigação, uma vez que permite interligar consistentemente a temporalidade e a identidade da diáspora arménia e do Genocídio Arménio

Durante o século XX, surgiu a corrente da história do tempo presente, propiciada pela evolução teórica da sociologia histórica. A história do tempo presente tem como principal premissa a análise histórica do presente interrelacionando diferentes áreas científicas, procurando compreender a ligação de um processo social mais recente aos acontecimentos do passado e o seu valor no presente. Esta corrente defende igualmente que o tempo presente não é concebido apenas pelas dinâmicas desse mesmo presente (Dosse, 2012: 11) Por outras palavras, é necessário olhar para o passado não exclusivamente numa perspetiva histórica clássica, mas enaltecendo a voz dos indivíduos com base na sua memória. No final do século XX, a memória coletiva ganhou uma nova ênfase na vertente histórica, com especial atenção à memória das vítimas (Monsma et al, 2018: 72). A memória coletiva das vítimas das

atrocidades constitui uma parte dessas dinâmicas que formam o presente, segundo esta teoria (Ferreira e Delgado, 2014: 5-8).

Uma abordagem da sociologia histórica, tendencialmente pós-positivista, proporciona uma perspectiva mais clara da conceção social das diásporas. Para Hobson,

My view is that not only are we now witnessing a renaissance in such approaches, but also that the study of global politics based in history and sociology provides the best hope of understanding the contemporary world and its problems (Hobden e Hobson, 2002: 45).

O autor procura assim enaltecer o contributo desta disciplina para a interpretação das Relações Internacionais. Historicamente, a diáspora arménia tem uma influência relevante no panorama internacional ao conseguir os feitos já referenciados no capítulo anterior (Aydin e Erhan, 2003:190), mas nem sempre foi assim. Apenas desde o fim da Guerra Fria que a diáspora arménia ganhou uma maior preponderância em assuntos políticos e transnacionais (Smith, 1992: 3-4). A sociologia histórica obriga-nos a ter uma postura mais cautelosa na averiguação do passado, nomeadamente na forma de classificar ou observar certas dinâmicas (Go e Lawson, 2017: 241). O conflito em Nagorno-Karabakh discutido seguidamente, clarifica a razão da atenção redobrada na análise de eventos que a sociologia histórica atenta.

2.5.1. Olhando para o caso de Nagorno-Karabakh

Uma perspetiva ahistoricista ignora o enquadramento histórico na conceptualização da sua visão (Hobden e Hobson, 2002: 5-13). O pensamento ou ideia ahistoricista pode igualmente assumir uma configuração perigosa, no sentido em que é associada ao fanatismo ideológico. De acordo com Hobson (2002), uma das categorias do ahistoricismo é o cronofetichismo, que consiste num enfoque restrito do presente, omitindo a vertente histórica. Ora, uma análise cronofetichista pode introduzir três tipos de ilusão que desconsideram a relevância do passado na

construção do presente: a ilusão da reificação, a da imutabilidade e a naturalização, tendo como ponto comum a ideia de que o presente é inalterável e puro. A ilusão da reificação destaca-se pela sua concepção fixa do presente, não tendo qualquer relação com o passado. Segundamente, a ilusão da imutabilidade sustenta que a evolução e o progresso histórico não gera qualquer tipo de efeito sobre o presente que o possa alterar. Por fim, a ilusão da naturalização consiste na “espontaneidade do presente, desconsiderando os processos históricos” (Hobden e Hobson, 2002: 7-14)

Outra subcategoria do ahistoricismo é o tempocentrismo (Hobden e Hobson, 2002: 12), remetendo para a existência de um determinado ciclo no qual os acontecimentos são análogos, não admitindo teoricamente alterações histórico-sociais abruptas. Este conceito permite explorar a perspectiva de continuidade temporal no âmbito do conflito de Nagorno-Karabakh que envolve a diáspora arménia e se torna um dos principais pontos da sua agenda. Para percebermos esta visão, é necessário assumir uma posição de paralelismo histórico, no qual existe continuidade entre diferentes períodos históricos (Gilpin 1981: 6-8). Esta posição ahistoricista é evidente no discurso da diáspora aquando da analogia entre o conflito de Nagorno-Karabakh e o Genocídio Arménio 1915-1923 (Tololyan, 2007: 120). As mortes dos arménios étnicos pelas “mãos” azeris em Nagorno-Karabakh despertaram o receio coletivo da reincidência da crueldade otomana em 1915.

Mesmo admitindo alguns aspetos em comuns entre os dois eventos, é discutível a existência de uma continuidade temporal. Esta forma de olhar e analisar dinâmicas distantes em termos temporais também se denomina "mística continuísta". Deste modo, o passado torna-se imprescindível na explicação do presente. Um exemplo ilustrativo desta mística continuísta dado por Hobson (2002) consiste em olharmos para a tensão entre a URSS e os EUA durante a Guerra Fria como uma tendência de continuidade da disputa entre Esparta e Atenas. A rivalidade entre Atenas e Esparta caracteriza-se pelas divergências que opunham estas duas sociedades opostas da Grécia Antiga, culminando na Guerra do Peloponeso que durou quase três décadas ao longo do século IV a.C. Tal como no contexto de Guerra Fria em que a URSS e os EUA faziam parte dos vencedores que destroçaram os planos alemães, identicamente Esparta e Atenas impuseram a derrota ao Império Persa. Posteriormente, em ambos os contextos se seguiu um clima de tensão. No entanto, a diferença entre o que se sucedeu mais tarde consiste no culminar da

hostilidade que resultou em guerra no caso grego (Kagan, 2005: 10-13). Seguindo esta lógica, expectava-se que este seria o destino da disputa entre os soviéticos e os americanos. Hobson afirma que perspectivas desta natureza não passam de ilusão (Hobson et al, 2010: 11). Da mesma forma podemos perspetivar o conflito de Nagorno-Karabakh em relação ao Genocídio, uma vez que, segundo a retórica e posição da diáspora arménia, o passado trágico dos arménios conduz a esta ilusão de continuidade.

Os fenómenos da continuidade e descontinuidade histórica de determinados eventos poderão ser analisados sob três perspetivas diferentes. A primeira, a continuidade teleológica, retrata os acontecimentos históricos numa lógica evolutiva (Veblen, 2007: 232-234). Neste raciocínio, a partir das dinâmicas do passado é derivada uma conexão linear que define o presente. De maneira a obter uma visão mais ampla deste conceito de continuidade, é introduzida uma lógica cíclica. Esta perspetiva híbrida pondera a possibilidade da existência de aspetos de continuidade, mas também de mudança numa mesma narrativa. Isto é, um processo onde as dinâmicas se mantêm, mas o objeto vai alterando de forma cíclica (Fazendeiro, 2018: 7-9). Esta descrição adequa-se perfeitamente ao caso prático da diáspora arménia que, quando aborda as origens do conflito em Nagorno-Karabakh, atribui igualmente responsabilidade à Turquia, por se verificarem elementos em comum com o Genocídio Arménio (perseguição étnica) e por esta ser "sucessora" do Império Otomano (Cornell, 1998: 61).

Num raciocínio idêntico, podemos comparar a atividade terrorista da FRA e ASALA. Num período historicamente distinto, estes dois atores arménios optaram pelo terrorismo, após o insucesso dos meios pacíficos para atingirem os seus objetivos. Ainda no século XIX, a FRA iniciou a sua atividade terrorista contra o Império Otomano. Esta foi a forma escolhida para mostrar a sua insatisfação com os resultados do Tratado de Berlim e a manutenção do *status quo* dos arménios otomanos (Dugat et al, 2008: 233). Contudo, a situação dos arménios apenas piorou, dado que as perseguições otomanas se tornaram mais violentas. A Questão Arménia manteve-se inalterada do ponto de vista das pretensões.

A continuidade cíclica da atuação da FRA pode ser interpretada nos atos terrorista do grupo armado ASALA. Mais uma vez, depois do Tratado de Berlim (1878), insatisfeitos com o resultado dos acordos internacionais – Tratado de Lausana – este

grupo liderado por membros da diáspora arménia viu nos atos terroristas contra turcos uma solução para a Causa Arménia. Para além da radicalidade dos meios, a ineficácia da FRA e ASALA poderá ser explicada pelo paradigma realista da época. A centralização do poder no Estados e a dificuldade em pressioná-lo poderá explicar o fracasso destes atores não estatais.

O segundo ângulo de análise, tem o seu foco totalmente no presente (período atual) e admite uma descontinuidade histórica (Fazendeiro, 2018: 9-11). A diáspora direciona a questão da responsabilidade para o Estado com o qual a República da Arménia tem uma relação bastante tensa por causa das perseguições aos arménios étnicos, originárias do atual conflito no Cáucaso. Nesta lógica, a responsabilidade é atribuída exclusivamente ao Azerbaijão

É fundamental entender a importância da continuidade social e possibilidade de alterações neste mesmo processo. Charles Tilly, sociólogo americano, sempre se distanciou de uma visão universalista quando procurava clarificar os processos sociais, dando uma maior atenção à vertente histórica (1988: 703-712). Desta forma, Tilly reclama uma maior preocupação com a questão temporal e espacial, cuja importância simbólica pode variar. Skocpol apoia esta posição, considerando a possibilidade de um determinado período ou evento histórico remoto poder orientar uma perspetiva social através de dinâmicas sociais (1992: 66-72).

O Genocídio Arménio inserido num processo complexo de transmissão, impulsionado inclusivamente pelo testemunho das vítimas, reflete como um determinado processo social molda não só a visão, mas também a agenda de um grupo social. A sociologia histórica proporciona-nos a possibilidade de termos uma perspetiva mais ampla da temporalidade histórica.

Capítulo III

3. Análise política: relações assimétricas de poder

Por último, é apresentada uma análise do tipo quantitativo com o objetivo de explorar uma vertente mais prática desta dissertação. A análise sócio-histórica demonstrou de uma forma bastante clara as origens de algumas dinâmicas que têm determinado a posição da diáspora perante certos assuntos como o reconhecimento do Genocídio Arménio.

Assim, inicialmente o objetivo passa por debater a relação de poder transnacionalista e os fatores que influenciam a sua variação. A resposta é relevante pois poderá ser aplicável a outros casos onde exista uma relação transnacional similar. Num segundo momento, são apresentados gráficos que salientam a importância da diáspora para a economia da Arménia, porém o peso desse papel da diáspora é discutido sob diferentes perspetivas que questionam este mesmo impacto político e económico. Para concluir, questiona-se até que ponto a diáspora afeta o *status quo* atual da Arménia, principalmente a sua vertente económica, mas que acaba por englobar questões políticas e sociais igualmente significativas.

Num processo transnacional, são consideradas as seguintes variáveis: a diáspora; a sua pátria; o Estado onde esta se estabeleceu (Baubock e Faist, 2010: 12). Para compreender o papel de cada um, é fundamental analisar como esta relação está sistematizada. O axioma nesta perspetiva de análise pressupõe uma diáspora unida e identitariamente homogénea.

Entre os fatores que contribuem para uma execução mais eficaz da agenda de uma diáspora ativa e organizada destacam-se os regimes democráticos dos Estados de origem e de acolhimento que apresentam altos níveis de liberdade e soberania popular (Soysal, 1994: 54-59). O estabelecimento de uma consistente relação transnacional está dependente deste aspeto. O *lobby* arménio junto do governo norte-americano é um excelente exemplo disto. Contrariamente, em países onde os regimes são mais autoritários, como a Rússia e a Turquia, estas dinâmicas têm menos probabilidade de acontecer (Harutyunyan. 2009: 11). Outro aspeto que influencia esta relação é o *status quo* do Estado ao qual a diáspora se refere como

pátria. Um clima de estabilidade política e prosperidade económica definitivamente oferece ao Estado de origem outra posição de poder em relação à sua diáspora. Neste caso, mesmo tendo em conta os benefícios políticos e económicos que a diáspora pode oferecer, o Estado de origem pode optar por "prescindir" dela, atribuindo-lhe um papel menos relevante (Alonso e Mylonas, 2017: 478). Deste modo, é difícil existir um equilíbrio perfeito entre o poder da diáspora e do Estado de origem numa relação transnacional devido à dependência das duas variáveis.

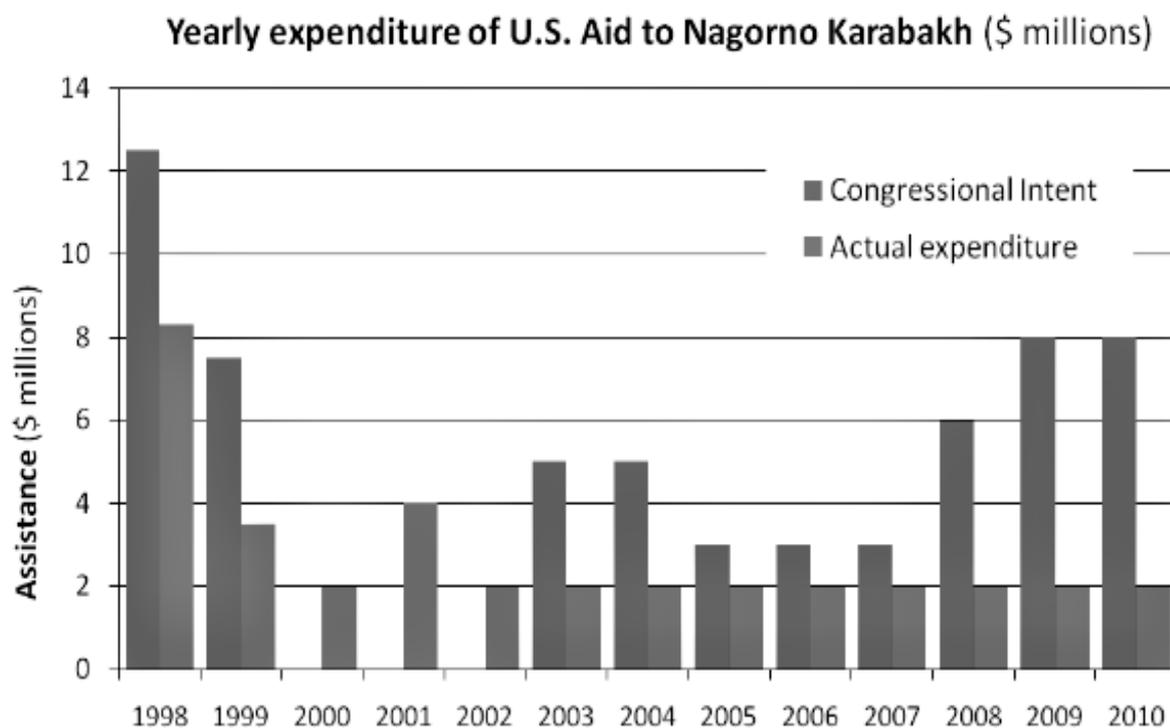
As dinâmicas da diáspora arménia estão diretamente interconectadas com a vertente económica da atual República da Arménia. Esta ligação consiste em questões de identidade nacional e de transnacionalismo, assim como em aspetos de solidariedade e injustiça sócio-histórica. Existe um conjunto de fatores relacionados com a diáspora que influenciam o desenvolvimento económico da Arménia (Papazian, 2019: 78). Assim, teremos um ângulo de análise distinto da questão simbólica. Este evento do passado, cuja memória tem sido ativamente preservada ao longo da história, influencia a agenda da diáspora e conseqüentemente a Arménia político e economicamente (*ibid.*). A ilustração dos dados estatísticos e gráficos nesta análise proporciona uma dimensão empírica mais material, ilustrando a consolidação da relação transnacional existente.

Antes de mais, a emigração massiva dos arménios no século XX ocorreu devido a acontecimentos marcantes não só para os arménios – Genocídio Arménio e conflito em Nagorno-Karabakh – como para o Sistema Internacional no seu todo – fim da URSS. O surgimento das diásporas arménias em questão conduziram aos subsequentes processos de envio de remessas. Sem a emigração, não seria possível esta configuração de fluxos monetários (Migration Policy Institute, 2016). Por exemplo, em 2017, as remessas provenientes da Rússia equivaliam a quase 1 bilhão de dólares (Azatutyun, 2018)

A questão económica será analisada conforme as fases de emigração abordadas anteriormente, olhando para as fontes económicas provenientes da Velha e Nova diáspora separadamente. Relativamente aos arménios da Velha Diáspora que emigraram para o Ocidente, o seu contributo económico não se destaca tanto pelas remessas constantes. A atividade organizada da sua diáspora associa-se ao apoio económico e político conseguido, através do *lobbying*, principalmente por parte dos EUA. Desde os anos 1990, os EUA apoiaram anualmente a República da Arménia e

a região de Nagorno-Karabakh com milhões de dólares (Figura 5). Em 2009, essa cifra chegava aos dois bilhões de dólares americanos (Relief Web, 2009). Também se realça a filantropia de vários arménios da Velha Diáspora, dos quais se destaca Kirk Kerkorian que, ao longo da sua vida, contribuiu com mais de um bilhão de dólares em diversos tipos de projetos na Arménia e Nagorno-Karabakh (Philanthropy, 2015).

Figura 5 - Apoio económico norte-americano à Nagorno-Karabakh



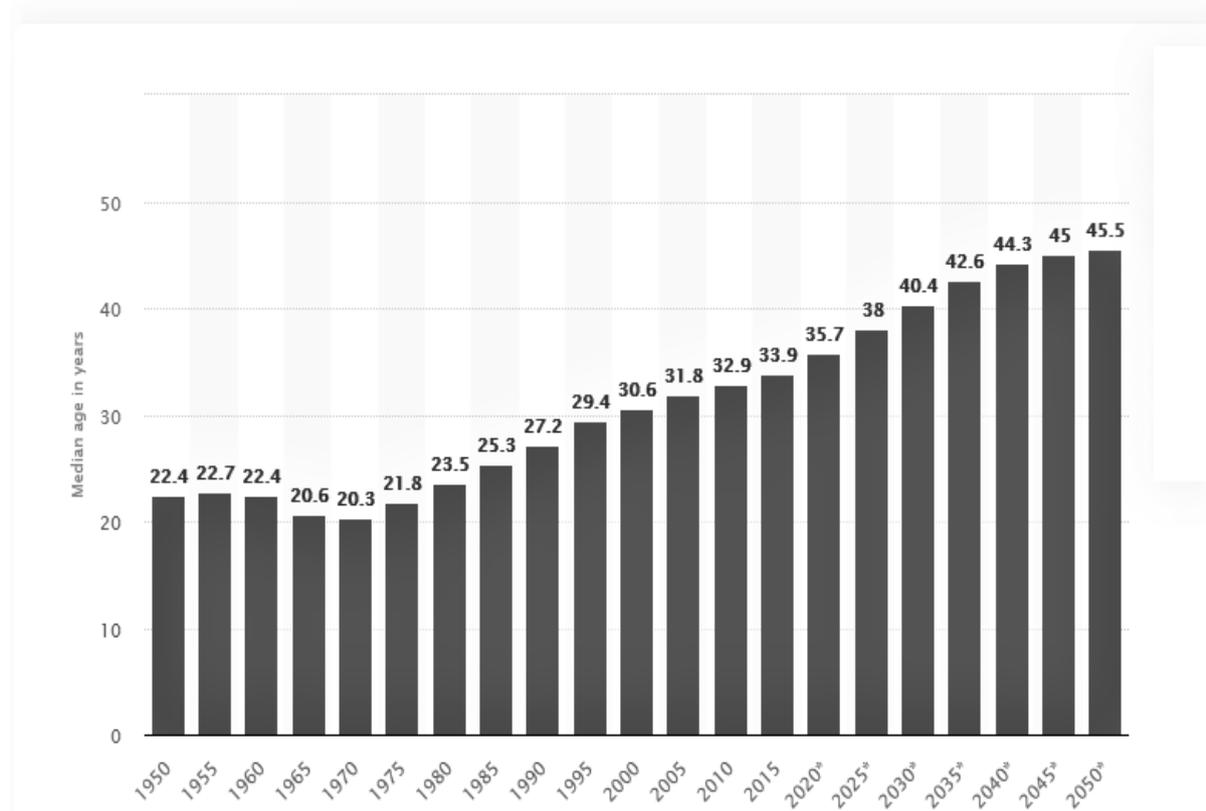
Fonte: Appropriations legislation and legislative history - FY1998 to present; Congressional Research Service

Com a extinção da URSS, a Arménia, tal como as outras ex-repúblicas soviéticas, sentiu dificuldades no seu novo estatuto como Estado independente. Sem ver perspectivas de que a situação iria melhorar, a sua população em idade ativa aumentou ainda mais o fluxo migratório (Savvidis, 2009: 37). O gráfico da Figura 6 ilustra como a idade média da população que não emigrou cresceu substancialmente. Entre 1990 e 2020 o envelhecimento da população residente na Arménia equivale a quase 10 anos. As previsões são ainda menos favoráveis, esperando-se um crescimento acentuado nas próximas décadas, caso nada se altere substancialmente.

Simultaneamente, cresceu o fluxo de remessas provenientes do estrangeiro, assim como a sua taxa de contribuição para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A Nova Diáspora, tendo-se estabelecido mais recentemente na Rússia, mantém uma relação transnacional de carácter familiar. Ou seja, o facto de ainda terem familiares a residir na Arménia justifica este grande fluxo sob a forma de remessas e não um apoio menos direccionado. O bloqueio das fronteiras turcas e azeris em 1994 teve o efeito de diminuir ainda mais a esperança de que a situação iria melhorar (Baser e Swain, 2009: 61).

Figura 6 - Idade mediana da população na Arménia

Armenia: Average age of the population from 1950 to 2050 (median age in years)

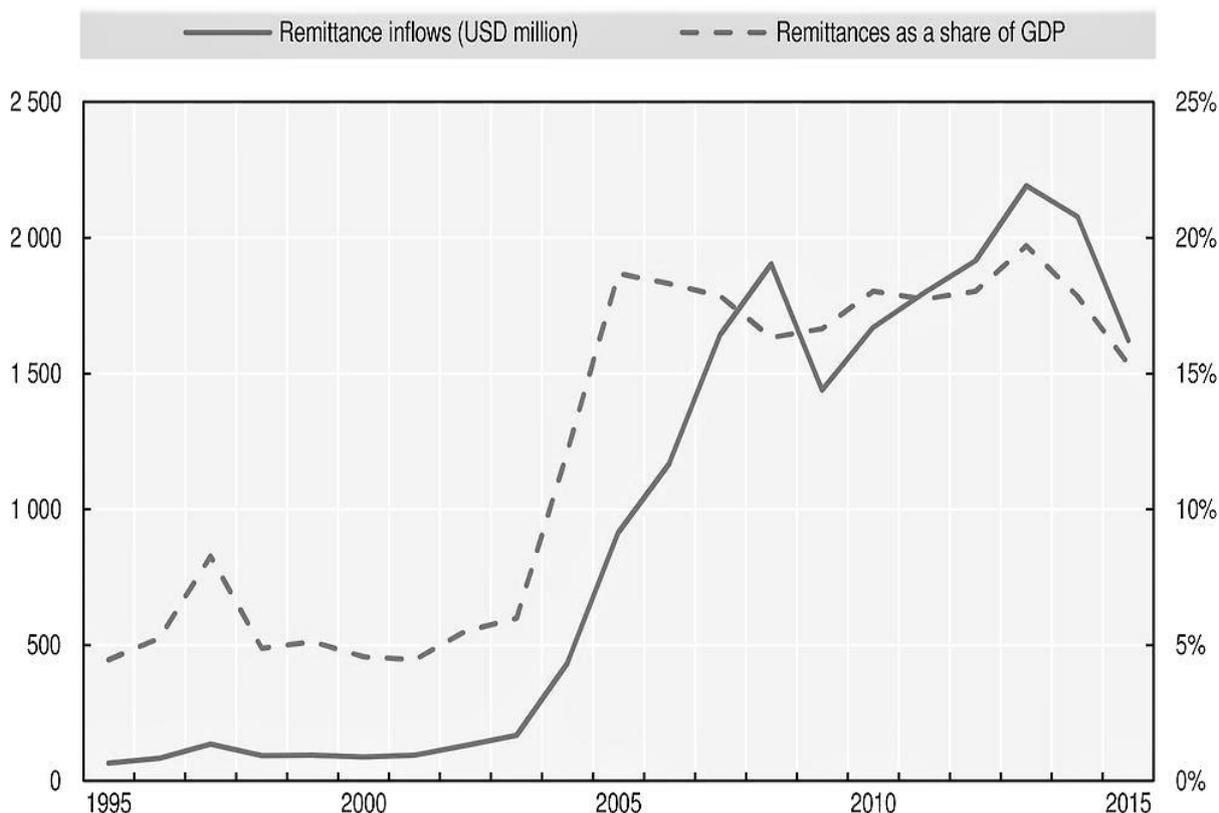


Fonte: Statista (2020)

Podemos olhar para este apoio económico, no seu todo, sob pelo menos duas vertentes. Por um lado, as remessas, tal como ilustra o gráfico da Figura 7, são uma parcela determinante do PIB arménio, assim como o apoio económico conseguido

através do *lobby* arménio nos EUA para Nagorno-Karabakh. Este fluxo de dinheiro permitiu reduzir os efeitos negativos do seu isolamento após o bloqueio turco-azeri (Yang, 2011: 130-134).

Figura 7 - Remessas de emigrantes arménios no período 1995-2015



Fonte: World Bank Annual Remittances Data (October 2016)

Por outro lado, a agenda da Velha Diáspora e a sua influência na opinião pública dos cidadãos da República da Arménia permite-lhe sustentar uma posição que impossibilita qualquer tipo de concessão relativamente ao reconhecimento do Genocídio (Ter-Petrossian, 2017: 54). Isto deve-se à sua atividade política, sociocultural e apoio económico. Shain e Barth sustentam esta ideia afirmando:

Both media reports and academic studies point to the influence of diaspora on international behaviour in many cases as the Armenians, Chinese [...] These diasporas and many others have influenced world affairs in numerous ways [...] independent actors that actively influence homeland (ancestral or kin-state) foreign policies (Shain e Barth, 2003: 449)

Shain e Barth (*ibid.*) realçam o papel da diáspora, não só da arménia, na política da sua terra natal, assumindo-se cada vez mais como um ator preponderante nas Relações Internacionais e aproveitando o contexto que lhes permite exercer esse papel.

A sua capacidade de condicionar a agenda da República da Arménia foi visível quando no final da década de 1990, o primeiro presidente arménio, Levon Ter Petrossian, deixou as pretensões da Causa Arménia para segundo plano. O seu objetivo de resolver o conflito em Nagorno-Karabakh e desbloquear as relações e fronteiras com a Turquia e Azerbaijão, sem as pré-condições relativas ao reconhecimento do Genocídio e um *status quo* pretendido para Nagorno-Karabakh, deixou a diáspora em alerta. Os partidos políticos ligados à diáspora, nomeadamente o FRA, foi propagando a ideia de que a Arménia e Nagorno-Karabakh estavam a ser alvos de capitulação (King e Melvin, 2018 :91-97). O clima de pressão pública sobre Ter Petrossian levou ao abandono do seu cargo.

A questão do reconhecimento do Genocídio tendo uma posição prioritária na agenda da diáspora, ganhou ainda mais força com o conflito étnico em Nagorno-Karabakh, ao unir ainda mais os esforços dos arménios dispersos pelo mundo (Tololyan, 2007: 120). A identidade nacional dos arménios da diáspora ganhou novos contornos, recorrendo a mais recursos políticos e económicos à sua disposição para ajudar os seus compatriotas.

As consequências desta relação transnacional são ambivalentes pelas razões expostas seguidamente. Antes de mais, a dependência de remessas, doações e apoios económicos externos, num cenário tão fixo quanto à questão do reconhecimento do Genocídio Arménio pela Turquia e do *status quo* em Nagorno-Karabakh, limita a margem de progressão económica e comercial da República da Arménia (Kapur, 2010: 31). Este cenário de isolamento acaba por restringir os mercados cruciais para a sua economia. Olhando para a sua balança comercial em 2018 (World Integrated Trade Solution; OEC), para além do facto da mesma ser negativa (importações representam o dobro das exportações), destaca-se o facto da Rússia ser, com uma larga vantagem, o seu principal parceiro comercial. Esta falta de variedade nas parcerias comerciais da Arménia cria uma dependência por parte dos Estados, podendo ser aproveitada politicamente pela outra parte (EURASIANET, 2015).

Internamente, a adaptação de uma agenda na mesma linha da diáspora e o apoio à mesma por parte das elites políticas nacionais arménias poderá ser vista como um instrumento para justificar os problemas socioeconómicos internos e manter o constante fluxo de remessas enviados pelos emigrantes e apoio económico internacional conseguido pela diáspora (Ter-Petrosian, 2017: 4). Admitindo esta possibilidade, a dependência económica da diáspora tão significativa e um isolamento económico devido à tensão política com os vizinhos tornam o futuro da Arménia pouco auspicioso. Adicionalmente, normalizando a relação com a Turquia e o Azerbaijão traria igualmente vantagens económicas para a Arménia. Segundo os dados do Banco Mundial em 2016, a Arménia gasta anualmente uma taxa do PIB acima da média europeia para garantir a segurança da sua população. É neste sentido que a normalização das relações com os seus vizinhos contribuiria para uma revisão dos recursos gastos na sua segurança que não corresponde a situação económica da Arménia comparativamente com outros Estados mais prósperos cujo investimento é mais baixo (Tocci et al, 2007: 13). Para além de uma possível reestruturação do orçamento da Defesa, ao resolver a situação de Nagorno-Karabakh deixaria de o sustentar anualmente com empréstimos.

A abertura das fronteiras e o início de trocas comerciais com a Turquia principalmente terá igualmente um impacto positivo, devido à sua dimensão económica. O *status quo* atual da Arménia acaba também por afastar um maior e mais variado investimento estrangeiro. Para além da possibilidade de estabelecer trocas comerciais com o Azerbaijão e Turquia, a estabilidade política com os seus vizinhos permitiria à Arménia aliviar o peso do apoio externo no seu desenvolvimento económico, favorecendo a sua autossustentabilidade (Alesina et al, 1996: 189-191). Estas hipóteses e previsões permitem mesmo assim equacionar o potencial do Estado arménio para uma maior prosperidade.

Afim de inverter a situação atual, um cenário possível seria o fim do bloqueio fronteiriço, através de um diálogo construtivo da Arménia relativamente à questão do reconhecimento do genocídio com a Turquia e a diáspora arménia (Tocci et al, 2007: 13). Chegando a um acordo, seriam estabelecidas relações próximas com ambos os atores que facilitariam o diálogo com o Azerbaijão para encontrar uma solução reciprocamente otimista para Nagorno-Karabakh.

Os obstáculos sócio-históricos para resolver as divergências entre a Arménia, o Azerbaijão e a Turquia são condicionados pela diáspora arménia. Com esta análise política e económica foi possível realçar o poder dos símbolos nacionais nas dinâmicas transnacionais. O isolamento económico da Arménia está diretamente relacionado com a agenda e influência transnacional da Velha Diáspora, influência esta que está dependente da relação assimétrica de poder entre a diáspora e a Arménia.

Conclusão

O Genocídio Arménio marca um momento de descontinuidade para a identidade arménia. A memória coletiva do Genocídio encarrega-se do papel portador de uma identidade nacional que subsiste ao fator temporal. O Genocídio Arménio representa o culminar de um ciclo de perseguição, anulação identitária e morte, ao mesmo tempo que simboliza o princípio de um capítulo novo para a nação arménia. Um momento fundador da sua identidade nacional. A diáspora arménia é o resultado do Genocídio, na medida em que os arménios que sobreviveram tiveram que fugir e estabelecer-se noutros lugares. É certo que a emigração arménia sempre existiu, mas nunca neste formato particular. Daí decorre a diferenciação das diásporas consoante os seus processos distintos de formação. A contextualização histórica teve sobretudo o intuito de salientar de como era o cenário dos arménios antes do Genocídio e posteriormente com a formação da diáspora resultante do evento crucial.

A memória coletiva desempenhou um papel determinante na superação do extermínio identitário. Para perceber como isso acontece, foi fundamental entender o processo de transmissão geracional dessa memória, que segundo Marianne Hirsch se designa posteriormente à sua transmissão como pós-memória. Assim, o indivíduo apresenta um determinado comportamento social baseando-se na tradição, sentimentos ou valores que lhe foram transmitidos. A necessidade de compreender este processo surge com base no prisma temporal.

Todo o processo de preservação da identidade nacional está decisivamente ligado à memória coletiva do Genocídio Arménio. Relembrando o argumento desta dissertação, o Genocídio marca efetivamente um ponto de descontinuidade por tudo aquilo que simboliza na vertente identitária arménia. Na teorização das dinâmicas de negação, apercebemo-nos que o comportamento por parte do ator que nega pode gerar um efeito oposto aos seus objetivos (Cohen, 2001: 68-70). A luta pelo reconhecimento do Genocídio Arménio negado pela Turquia é vista como um “mito-motor” que motiva e mobiliza os arménios a unificarem-se em torno desta causa (Armstrong, 1982: 289-294). Porém, noutro tipo de contexto de negação, admite-se um cenário em que apenas um acontecimento marcante como o assassinio do jornalista Hrant Dink consegue “reanimar” a identidade nacional. De todas as formas, neste caso prático a negação não só do Genocídio como da identidade nacional em

si motivou a união dos arménios. A memória coletiva do Genocídio é a base da identidade nacional da diáspora, cuja subsistência temporal depende da sua transmissão de geração em geração.

A partir daqui as questões que surgiram foram as seguintes: como é possível a identidade nacional ser associada a outro tipo de contextos, distintos daquele que foi transmitido entre gerações, e conseqüentemente mobilizar uma diáspora? A resposta foi encontrada através de conceitos da sociologia histórica que permitiram relacionar a temporalidade com a identidade. A narrativa de que o início do conflito de Nagorno-Karabakh tinha traços em comum com o Genocídio Arménio contribuiu para uma ideia nova relativa à continuidade do Genocídio e Nagorno-Karabakh, reforçando uma vez mais o efeito portador de identidade nacional da memória ao longo do tempo. Factualmente, são situações distintas apesar de terem alguns elementos em comum, como referido no capítulo II. Esta análise responde a uma das perguntas de partida desta investigação relativa à abordagem sócio-histórica.

Como foi possível averiguar no último capítulo, a diáspora arménia tem de fato um papel importante na relação transnacional com a Arménia. Explorando a hipótese admitida nesta dissertação no que se refere ao equilíbrio de poder na relação transnacional, a capacidade da diáspora traduz-se na sua influência nas Relações Internacionais, influência esta que pode ser condicionada ou propiciada conforme variadíssimos fatores e/ou contextos.

A análise política das relações assimétricas de poder traz uma perspectiva alternativa quanto à influência da diáspora arménia na sua terra natal. A partir das estatísticas e gráficos apresentados no capítulo III, é perceptível que a influência e o apoio conseguido por uma diáspora, apesar de ser vantajoso em termos económicos, políticos e sociais para o Estado de origem, pode igualmente ter uma conotação negativa. Um dos motivos para tal é a total inflexibilidade da diáspora arménia relativamente ao reconhecimento do Genocídio Arménio. Tendo em conta a assimetria de poder na relação transnacional, o principal problema é que esta atitude limita a relação política, económica e comercial da Arménia com a Turquia. Dependendo de forma decisiva das remessas dos emigrantes e apoio económico transnacional, tendo apenas um único considerável parceiro comercial, torna-se de igual modo perigoso para a nação. Esta dependência obriga de certa forma a Arménia a definir um caminho bastante limitado para a sua prosperidade. A instrumentalização da diáspora por parte

do governo que vai “colhendo os seus frutos”, poderá ser outra das explicações para a manutenção desta configuração.

De forma alguma com esta perspectiva se tenciona retirar a importância ao impacto ou aos feitos conseguidos pela diáspora arménia para o desenvolvimento da Arménia ou sustentar uma posição de distanciamento na relação transnacional. Contudo, a assimetria de poder analisada é uma relação vulnerável para o futuro da Arménia. Neste sentido, pretende-se passar a ideia de que a Arménia como Estado tem de procurar uma solução adequada para esta situação, pois tal como o inesperado fim da Guerra Fria, tudo pode mudar num futuro próximo. É fundamental ter alternativas que não coloquem em risco a sua identidade nacional.

Lista de Referências Bibliográficas

Abbott, Andrew (2016). *Processual sociology*. Chicago: University of Chicago Press.

Adler, Paul; Du Gay, Paul; Morgan, Glenn; Reed, Mike (eds.) (2014). *The Oxford Handbook of Sociology, Social Theory and Organization Studies: Contemporary Currents*. Oxford University Press.

Agadjanian, Alexander (ed.) (2016). *Armenian Christianity Today: Identity Politics and Popular Practice*. New York: Routledge.

Agnew, Vijay (2005). *Diaspora, Memory and Identity: A Search for Home*. University of Toronto Press.

Alesina, Alberto; Ozler, Sule; Roubini, Nouriel; Swagel, Phillip (1996). "Political instability and economic growth." *Journal of Economic Growth*, 1(2): 189-211.

Alonso, Alexandra & Mylonas, Harris (2017). "The microfoundations of diaspora politics: unpacking the state and disaggregating the diaspora". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 45(4): 473-491.

Anderson, Benedict (1998). *The Spectre of Comparisons: Nationalism, Southeast Asia and the World*. London: Verso.

Anderson, Benedict (2006). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London. Verso.

Andreopoulos, George (1994). *Genocide: Conceptual and Historical Dimensions*. University of Pennsylvania Press.

Armstrong, John (1982). *Nations before nationalism*. North Carolina: University of North Carolina Press.

Assmann, Jan (1998). *Moses the Egyptian*. Harvard University Press.

Assmann, Jan (2008a). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. New York: De Gruyter.

Assmann, Jan (2008b). *Communicative and cultural memory. Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*.

Avedian, Vahagn (2019). *Knowledge and acknowledgement in the politics of memory of the Armenian Genocide*. New York: Routledge.

Aydin, Mustafa & Erhan, Çağrı (eds.) (2003). *Turkish-American Relations: Past, Present and Future*. New York: Routledge.

Barash, Jeffrey (2016). "Collective Memory and Historical Time". *Práticas da História* 1 (2): 11-37.

Bartrop, Paul (ed.) (2018). *Modern Genocide: Analyzing the Controversies and Issues*. California: ABC-CLIO.

Baser, Bahar & Swain, Ashok (2009). "Diaspora design versus homeland realities: Case study of Armenian Diaspora". *Caucasian review of international affairs*. 3 (1), 45-62.

Baubock, Rainer & Faist, Thomas (eds.). (2010) *Diaspora and Transnationalism: Concepts, Theories and Methods*. IMISCOE Research. Amsterdam University Press.

Baylis, John & Smith, Steve (eds.) (2001). *The Globalization of World Politics – An introduction to international relations*. 2^a ed. Oxford University Press.

Bhikkhu, Buddhadasa (2007). *Handbook for mankind: Realizing your full potential as a human being*. Bangkok: Amarin Publishing.

Bournoutian, George (1997). *Eastern Armenia from the seventeenth century to the Russian annexation. In Foreign dominion to statehood: The fifteenth century to the twentieth century*. New York: St. Martin's Press.

Bourdieu, Pierre (1992). *Pierre Bourdieu avec Loic Wacquant; Réponses. Pour une anthropologie reflexive*. Paris: Seuil.

Braets, Antoon De (2002). *Censorship of historical thought: a world guide, 1945-2000*. London. Greenwood Press.

Braude, Benjamin & Lewis, Bernard (eds.) (1982). *Christians and Jews in the Ottoman Empire: The Functioning of a Plural Society*. New York: Holmes and Meier.

Bull, Hedley (1981). "Hobbes and the International Anarchy". *Politics: The Work of Hans Morgenthau*, 48 (4): 717-738.

Butler, Kim (2001). "Defining Diaspora, Refining a Discourse." *Diaspora. A Journal of Transnational Studies*, 10 (2): 189-219.

Cameron, Fraser (2003). *US Foreign Policy After the Cold War: Global Hegemon or Reluctant Sheriff?* London: Routledge.

Cavalli, Alessandro (2004). *La mémoire comme projet: les mémoires des communautés après une catastrophe*. Paris: Publications de la Sorbonne.

Cesarini, David (ed.) (2004). *Holocaust: From the persecution of the Jews to mass murder*. New York: Routledge.

Chartier, Roger (1991). "O mundo como representação". *Estudos Avançados*. 5 (11), 173-191.

Chartier, Roger (2002). *A História Cultural entre Práticas e Representações*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel.

Clifford, James (1994). "Diasporas". *Cultural Anthropology*, 3 (9), 302-338.

Clifford, James (1997). *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Harvard University Press.

Cohen, Robin (1996). "Diasporas and the state: From victims to challengers." *International Affairs*. 72 (3), 507-520.

Cohen, Robin (1997). *Global Diasporas: An Introduction*. London: UCL Press.

Cohen, Stanley (2001). *States of Denial: Knowing about Atrocities and Sufferings*. Cambridge: Polity Press.

Cohen, Jeffrey & Schuster, Paulette (eds.). (2019) *Modelando el Transnacionalismo*. London: Transnational Press London.

Cornell, Svante (1998). "Turkey and the Conflict in Nagorno Karabakh: a Delicate Balance". *Middle Eastern Studies*, 34 (1), 51-72.

Cox, Robert & Sinclair, Timothy (1996). *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press.

Dadrian, Vahakn (2003). *The History of the Armenian Genocide: Ethnic Conflict from the Balkans to Anatolia to the Caucasus*. New York: Berghahn Books.

De Zayas, Alfred (2010). *The Genocide against the Armenians 1915-1923 and the relevance of the 1948 Genocide Convention*. Beirut: Haigazian University.

Délano, Alexandra & Gamlen, Alan (2014). "Comparing and theorizing state-diaspora relations". *Political Geography*, 41: 43-53.

Demmers, Jolle (2002). "Diaspora and conflict: locality, long-distance nationalism and delocalisation of conflict dynamics", *The public*. 1 (9): 85-96.

Demmers, Jolle (2007). "New Wars and Diasporas: Suggestions for Research and Policy", *Journal of Peace, Conflict and Development*, 11.

Derrida Jacques (1978). *Writing and Difference*. Chicago: University of Chicago Press.

Dogru, Ahmet (2015). *Nationalism and Democratization Process in Armenia: Impacts of the Nagorno-Karabakh Issue*. Gazi University, Institute of Social Sciences, Department of International Relations.

Donnelly, Jack (2000). *Realism and International Relations*. Cambridge University Press.

Dosse, François. (2012). "História do tempo presente e historiografia". *Revista Tempo e Argumento*, 4 (1): 5-23.

Dufoix, Stéphane (2008). *Diasporas*. California: University of California Press.

Dugan, Laura et al (2008). "Sudden desistance from terrorism: The Armenian Secret Army for the Liberation of Armenia and the Justice Commandos of the Armenian Genocide". *Dynamics of Asymmetric Conflict*, 1(3): 231-249.

Durkheim, Émile (1998). *As regras do método sociológico*. 13ª edição. Editorial Presença.

Ergener, Rashid (2002). *About Turkey: Geography, Economy, Politics, Religion, and Culture*. Pilgrims' Process, Inc.

Erickson, Edward (2001). *Ordered to Die: A History of the Ottoman Army in the First World War*. Westport: Greenwood Press.

Evangelista, Matthew (2018). *Unarmed Forces: The Transnational Movement to End the Cold War*. Cornell University Press.

Evinch, Gunay (2005). "The Armenian Cause Today". *The Turkish American*. 2 (8), 22-29.

Fazendeiro, Bernardo (2018). *Narrating events and imputing those responsible: Reflexivity and the temporal basis of retrospective responsibility*. Coimbra: Centre of Social Studies.

Ferreira, Marieta e Delgado, Lucília (2014). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Firat, Derya; Sannan, Baris; Muti, Ondercan; Gurpinar, Oyku; Ozkaya, Fatma (2017). "Postmemory of the Armenian Genocide: A Comparative Study of the 4th Generation in Armenia and Turkey". *Oral History Forum d'histoire orale, Special Issue on Generations and Memory: Continuity and Change*.

Forsberg, Tuomas (2001). *The Philosophy and practice of dealing with the Past*. Washington D.C.: Georgetown University Press.

Foucault, Michel (1979). *Microfísica do Poder*. Edições Graal.

Gasparian, Abraham. (2016) "Disrupting" or "Complementing": *Diaspora's Identity Agenda in the Context of Changing Armenian Foreign Policy Priorities*. Values and Identity as Sources of Foreign Policy in Armenia and Georgia.

Gellner, Ernest (1983). *Nations and Nationalism*. Cornell University Press.

Giddens, Anthony (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

Gilpin, Robert (1981). *War and Change in World Politics*. Cambridge University Press.

Gilroy, Paul (1994). "Diaspora". *Paragraph*, 1 (17), 207-210.

Glick Schiller, Nina; Basch, Linda; Blanc-Szanton, Cristina (1992). "Transnationalism: A New Analytic Framework for Understanding Migration". *In Towards a transnational perspective on migration: Race, class, ethnicity and nationalism*. Annals the New York Academy of Sciences, 645:1-24.

Glick-Schiller, Nina & Fouron, Eugene (2001). *Georges Woke-up Laughing: Long-Distance Nationalism and the Search for Home*. Duke University Press.

Go, Julian & Lawson, George (eds.) (2017). *Global Historical Sociology*. Cambridge University Press.

Guibernau, Montserrat (1996). *Nationalisms: the Nation-State and Nationalism in the twenty-first century*. Cambridge: Polity.

Guibernau, Montserrat (2004). "Anthony D. Smith on nations and national identity: a critical assessment". *Nations and Nationalism*, 10 (2): 125–141.

Guzzini, Stefano (1998). *Realism in International Relations and International Political Economy: The continuing story of a death foretold*. Londres: Routledge.

Hägel, Peter & Peretz Pauline (2005). "States and Transnational Actors: Who's Influencing Whom? A Case Study in Jewish Diaspora Politics during the Cold War", *European Journal of International Relations*, 11 (4): 467-493.

Halbwachs, Maurice (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice.

Hannerz, Ulf (2001). *Transnational Connections: Culture, People, Places*. London e New York: Routledge.

Harutyunyan, Arus (2009). *Contesting National Identities in an Ethnically Homogeneous State: The Case of Armenian Democratization*. Western Michigan University.

Hewsen, Robert (2001). *Armenia: A Historical Atlas*. University of Chicago Press.

Hickman, Mary (2005). *Migration and diaspora*. Cambridge University Press.

Hille, Charlotte (2010). *State Building and Conflict Resolution in the Caucasus*. Eurasian Studies Library. Boston: Brill.

Hirsch, Marianne (2008). "The Generation of Postmemory". *Poetics Today*, 29 (1): 103-128

Hobden, Stephen & Hobson, John (eds.) (2002). *Historical Sociology of International Relations*. Cambridge University Press.

Hobden, Stephen (2006). *International Relations and Historical Sociology: Breaking Down Boundaries*. New York e London: Routledge.

Hobson, John; Lawson, George; Rosenberg, Justin (2010). *Historical sociology*. United Kingdom: The international studies encyclopaedia.

Hovannisian, Richard (1967). *Armenia on the Road to Independence*. University of California Press.

Hovannisian, Richard (1971). *The Republic of Armenia*. University of California Press.

Hovannisian, Richard (1997). *Foreign dominion to statehood: The fifteenth century to the twentieth century*. New York: St. Martin's Press.

Howard, Michael (2011). *Transnationalism and Society: An Introduction*. North Carolina: McFarland Publishers.

Hughes, Edel (2011). *Turkey's Accession to the European Union: The Politics of Exclusion?*. New York: Routledge.

Huntington, Samuel (2004). *Who are we?: The Challenges to America's National Identity*. New York: Simon & Shuster.

International Organization for Migration (2004). *International Migration Law. Glossary on Migration*. Geneva.

International Organization for Migration (2010). *Migration and Transnationalism: Opportunities and challenges*. IDM.

Jacobs, Steven (ed.) (2012). *Lemkin on genocide*. Plymouth: Lexington Books.

Jasinski, Michael (2017). *Examining Genocides: Means, Motive, and Opportunity*. London: Rowman & Littlefield International, Ltd

Johnson, Jerry (2000). *Crossing borders- confronting history: Intercultural Adjustment in Post-Cold War World*. University Press of America.

Johnston, Linda (2005). *Methods of Inquiry for Conflict Analysis*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Kagan, Donald (2005). *Peloponnesian War: Athens and Sparta in savage conflict 431-404 B.C.* Harper Collins Publishers.

Kapur, Devesh (2010). *Diaspora, Development, and Democracy: The Domestic Impact of International Migration from India*. Princeton University Press.

Keohane, Robert & Nye, Joseph (1989). *Power and Interdependence*. Harper Collins Publishers.

King, David & Pomper, Miles (2004). "Congress and the Contingent Influence of Diaspora Lobbies: U.S. Foreign Policy toward Armenia". *Journal of Armenian Studies*, 8 (4):1-27.

King, Charles & Melvin, Neil (eds.) (2018). *Nations Abroad: Diaspora Politics And International Relations In The Former Soviet Union*. New York: Routledge.

Kirakosian, Arman (2003). *British Diplomacy and the Armenian Question: From the 1830s to 1914*. London: Gomidas Institute Books.

Koehn, Peter & Rosenau, James (2002). "Transnational Competence in an emergent Epoch". *International Studies Perspectives* 3 (2): 105-127.

Koinova, Maria & Tsourapas, Gerasimos (2018). "How do countries of origin engage migrants and diasporas? Multiple actors and comparative perspectives". *International Political Science Review*, 39 (3): 311-321.

Lemkin, Raphael (1946). "The crime of genocide". *American Scholar*, 15 (2): 227-230.

Libaridian, Gerard (2004). *The church and political parties in Armenian history*. University of Michigan.

Libaridian, Gerard (2004a). *Modern Armenia: People, nation, state* London: Transaction Publishers

Lowery, Zoe & Freedman, Jeri (2017). *Genocide in Armenia*. New York: Rosen Publishing.

Lowndes, Vivien; Marsh, David; Stoker, Gerry (eds.) (2018). *Theory and Methods in Political Science*. 4ª edição. London: Palgrave.

Lyons, Evanthia (1996). *Coping with social change: Processes of social memory in the reconstruction of identities. Changing European identities: Social psychological analyses of social change*. New York: Oxford University Press.

Marutyan, Harutyan (2009). *The Memory of Genocide and the Karabagh Movement*. Yerevan: Gitutyun Publishing House of NAS RA.

Meho, Lokman (1997). *The Kurds and Kurdistan*. Greenwood Press.

Minow, Martha (2002). *Breaking the Cycles of Hatred: Memory, Law and Repair*. Princeton University Press.

Monsma, Karl; Salla, Fernando; Teixeira, Alessandra (2018). A Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais. *Revista Brasileira de Sociologia*, 6 (12): 65-82.

Morgenthau, Hans J. (1978). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, 5ª edição. New York: Alfred A. Knopf.

Morgenthau, Henry (2018). *Ambassador Morgenthau's Story: A personal account of the Armenian Genocide*. Adansonia Publishing.

Mundy, Karen & Murphy, Lynn (2001). "Transnational Advocacy, Global Civil Society? Emerging Evidence from the Field of Education". *Comparative Education Review*, 45 (1): 85-126.

Naimark, Norman (2011). *Stalin's Genocides*. Princeton University Press.

Nora, Pierre (1989). "Memory and History: Les Lieux de Mémoire". *Representations, Special Issue: Memory and Counter-Memory*, 26: 7-24.

Nora, Pierre (1996). *Generation*. University of Chicago Press.

Notholt, Stuart (2009). *Fields of Fire: An Atlas of Ethnic Conflict*. London: Stuart Notholt Communications Ltd.

Oskanian, Kevork (2011). *Turkey's global strategy: Turkey and the Caucasus*. London School of Economics and Political Science.

Panossian, Razmik (1998). *The Armenians*. Nations Abroad. London: Westview.

Panossian, Razmik (2006). *The Armenians: From kings and priests to merchants and commissars*. New York: Columbia University Press.

Papazian, Sabrina (2019). "The Cost of Memorializing: Analyzing Armenian Genocide Memorials and Commemorations in the Republic of Armenia and in the Diaspora". *International Journal for history, culture and modernity*, 7: 55-86.

Poghosyan, Gevork (2009). "Out-Migration from Armenia after 1990". *International Migration – Local Conditions and Effects* 3: 61-79.

Portes, Alejandro (1998). *Globalization from Below: The Rise of Transnational Communities*. Transnational Communities Working Papers.

Redclift, Victoria (2017). "The demobilization of diaspora: history, memory and latent identity". *Global Networks*. 17 (4), 500-517.

Renan, Ernest (2018). *What Is a Nation? and Other Political Writings*. Columbia University Press.

Rivero, Alberto (2000). *Memoria colectiva e identidad nacional*. Biblioteca Nueva.

Robertson, Geoffrey (2006). *Crimes Against Humanity*. 3ª edição. Penguin.

Roudometof, Victor (2002). *Collective Memory, National Identity, and Ethnic Conflict: Greece, Bulgaria and Macedonian Question*. Westport: Praeger.

Safran, William (1991). "Diasporas in modern societies: myths of homeland and return". *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, 1 (1), 83-99.

Sarafati, Gilberto (2006). *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva.

Savvidis, Tessa (ed.) (2009). *International Migration – Local Conditions and Effects*. University of Berlin.

Schrodt, Nikolaus (2014). *Modern Turkey and the Armenian Genocide: An argument about the Meaning of the Past*. Springer.

Schudson, Michael (1997). "Dynamics of distortion in collective memory". *Memory Distortion: How Minds, Brains, and Societies Reconstruct the Past*. Cambridge, MA: Harvard UP. (13). 346-364.

Shain, Yossi (1995). "Ethnic Diasporas and US Foreign Policy". *Political Science Quarterly*, 5 (109), 811-841.

Shain, Yossi & Barth, Aharon (2003). "Diasporas and International Theory". *International Organizations*, 57 (3): 449-479.

Sheffer, Gabriel (1986). *Modern diasporas in International politics*. London: Croom Helm.

Shuval, Judith & Leshem, Elazer (1998). *The Sociology of Migration in Israel: A Critical View*. New Brunswick: Transaction Press.

Skocpol, Theda (1992). *Protecting soldiers and mothers: the political origins of social policy in the United States*. Harvard University Press

Smith, Anthony (1991). *National Identity*. University of Nevada Press

Smith, Anthony (2009). *Ethno-symbolism and Nationalism: a cultural approach*. New York: Routledge.

Smith, Roger (1992). *The Armenian Genocide, Memory, Politics and Future*. The Armenian Genocide. New York: St. Martin's Press.

Somers, Margaret (1994). "The narrative constitution of identity: a relational and network approach". *Theory and Society*, 23 (5): 615-617.

Soysal, Yasemin (1994). *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*. University of Chicago Press.

Specter, Michael (2010). *Denialism: How Irrational Thinking Hinders Scientific Progress, Harms the Planet, and Threatens Our Lives*. Duckworth Overlook.

Spielvogel, Jackson (2009). *Western Civilization: A Brief History*. Pennsylvania State University.

Spielvogel, Jackson (2014). *Western Civilization*. 9ª edição. Pennsylvania State University.

Suny, Ronald (1993). *Looking toward Ararat: Armenia in modern history*. Bloomington: Indiana University Press.

Taylor, Tony (2008). *Denial: History Betrayed*. Melbourne University Press.

Tajfel, Henri & Turner, John (1979). *An integrative theory of inter-group conflict*. Monterey, CA: Brooks/Cole.

Ter-Petrosian, Levon (2017). *Armenia's Future Relations with Turkey and the Karabagh Conflict*. Palgrave Macmillan.

Terrorist Group Profiles (1989). United States Government Printing.

Teske, Ottmar (2005). *Sociologia: textos e contextos*. 2ª edição. Canoas: Editora ULBRA.

Tickner, Judith Ann (2001). *Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era*. New York: Columbia University Press.

Tilly, Charles (1988). "Future history". *Theory and Society*. (17): 703-712.

Tocci, Nathalie (2007). *The closed Armenia-Turkey border: Economic and social effects, including those on the people; and implications for the overall situation in the region*. European Parliament.

Tololyan, Khachig (2000). "Elites and institutions in the Armenian transnation". *Diaspora*, 9 (1), 107-136.

Tololyan, Khachig (2006). "The Armenian Diaspora as a transnational actor and as a potential contributor to conflict resolution". *Diaspora: a Journal of transnational studies*. (1), 2-48.

Tololyan, Khachig (2007). *The Armenian Diaspora and the Karabagh Conflict since 1988*. Tokyo: United Nations University Press.

Tsolidis, Georgina (ed.) (2013). *Migration, Diaspora and Identity: Cross-National Experiences*. London: Springer.

Tsoukas, Haridimos & Knudsen, Christian (eds.) (2003). *The Oxford Handbook of Organization Theory*. Michael Reed. Oxford University Press.

Tsutsiev, Arthur (2014). *Atlas of the Ethno-political History of the Caucasus*. Yale University Press

Veblen, Thorstein (2007). *The Place of Science in Modern Civilisation and Other Essays*. New York: Cosimo.

Van Alphen, Ernst (2006). "Second-Generation Testimony, the Transmission of Trauma, and Postmemory". *Poetics Today*, 27(2), 473-488.

Von Voss, Huberta (ed.) (2007). *Portraits of Hope: Armenians in the Contemporary World*. New York: Berghahn Books.

Waltz, Kenneth (1979). *Theory of International Politics*. New York: McGraw Hill.

Weber, Max (1979). *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. 2ª edición. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.

Wegner, Armin. "Armenian Genocide Refugees". Wegner Foundation

Whitehorn, Alan (ed.) (2015). *The Armenian Genocide: The Essential Reference Guide*. Colorado: ABC-CLIO.

Wiener, Jarrod & Schrire, Robert (eds.) (2010). *Global Security and International Political Economy - Volume II*. Eolss Publishers.

World Bank Group (2017). *Future Armenia: Connect, compete, prosper*. A systematic country diagnostic.

Yang, Dean (2011). "Migrant remittances". *The Journal of Economic Perspectives*, 25(3): 129–152.

Páginas WEB

Azatutyun (2018). "Migrant Remittances To Armenia Soar", 4 de janeiro. <https://www.azatutyun.am/a/28954720.html> [Consultado a 3 de abril de 2020].

Azatutyun (2020), "France's Macron Vows To Fight Against Armenian Genocide Denial", 24 de abril. <https://www.azatutyun.am/a/30574942.html> [Consultado a 10 de maio de 2020].

Al Jazeera America (2015), "For Turkey, denying an Armenian genocide is a question of identity", 24 de abril. <http://america.aljazeera.com/articles/2015/4/24/for-turks-acknowledging-an-armenian-genocide-undermines-national-identity.html> [Consultado a 10 de dezembro de 2019].

CNN (2015), "Why Turkey won't say the G-word when it comes to the Armenians?", 24 de abril <https://edition.cnn.com/2015/04/24/europe/armenia-turkey-massacre/index.html> [Consultado a 12 de abril de 2020].

Daily Sabah (2020), "Hrant Dink remembered 13 years after his death with memorial site", 19 de janeiro. <https://www.dailysabah.com/turkey/2020/01/19/hrant-dink-remembered-13-years-after-his-death-with-memorial-site> [Consultado a 20 de fevereiro de 2020].

EURACTIV (2016), "Turkey blackmails Bulgarian municipalities over the Armenian genocide", 15 de março. <https://www.euractiv.com/section/regional-policy/news/turkey-blackmails-bulgarian-municipalities-over-the-armenian-genocide/> [Consultado a 10 de maio de 2020].

EURASIANET (2015). "Armenia: Trying to Break Free of Economic Dependence on Russia?", 18 de maio. <https://eurasianet.org/armenia-trying-to-break-free-of-economic-dependence-on-russia> [Consultado a 13 de abril de 2020].

EURASIANET (2019) "Armenia and Azerbaijan exploring parameters of "peace", 4 de fevereiro. <https://eurasianet.org/armenia-and-azerbaijan-exploring-parameters-of-peace> [Consultado a 2 de junho de 2020].

Migration Policy Institute (2016). "Development through Diversity: Engaging Armenia's New and Old Diaspora", 23 de março.

https://www.migrationpolicy.org/article/development-through-diversity_engaging-armenia%E2%80%99s-new-and-old-diaspora [Consultado 3 de abril de 2020].

Philanthropy (2015). "Obituary: Kirk Kerkorian, Casino Mogul Who Gave \$1 Billion to Armenia", 16 de junho. <https://www.philanthropy.com/article/Obituary-Kirk-Kerkorian/230933> [Consultado a 14 de novembro de 2019].

Relief Web (2009). "US Ambassador to Armenia: Since 1988 the U.S. government has provided almost two billion dollars of humanitarian aid and development assistance for Armenia", 12 de maio.

<https://reliefweb.int/report/armenia/us-ambassador-armenia-1988-us-government-has-provided-almost-two-billion-dollars> [Consultado a 13 de novembro de 2019].

Repair (2014). "The Kurdish identity is marked by oppression and resistance, silence and cry", 4 de junho. <https://repairfuture.net/index.php/en/identity-standpoint-of-turkey/the-kurdish-identity-is-marked-by-oppression-and-resistance-silence-and-cry> [Consultado a 5 de maio de 2020].

Reuters (2012), "Azeri president says Armenia is a country "of no value", 20 de novembro. <https://www.reuters.com/article/us-azerbaijan-armenia/azeri-president-says-armenia-is-a-country-of-no-value-idUSBRE8AJ1DC20121120> [Consultado a 12 de março de 2020].

Statista (2020) "Armenia: average age of the population from 1950 to 2050". <https://www.statista.com/statistics/440071/average-age-of-the-population-in-armenia/> [Consultado a 2 de junho de 2020].

The Guardian (2015), "The Armenian genocide – the Guardian briefing", 16 de abril. Fonte: Australian Bureau of Statistics; FCO; Ministry of Diaspora of the Republic of Armenia; Statistics Armenia; <https://www.theguardian.com/news/2015/apr/16/the-armenian-genocide-the-guardian-briefing> [Consultado a 2 de junho de 2020].

Documentos oficiais

Agreement between the Government of the Republic of Armenia and the Government of the United States of America on investment incentive - Signed in April 2, 1992

Convenção para a prevenção e repressão do crime do genocídio - Assembleia-Geral das Nações Unidas - 9 de dezembro 1948

Décret no 2019-291 du 10 avril 2019 relatif à la commémoration annuelle du génocide arménien de 1915 - Vu l'article 37 de la Constitution; Vu la loi no 2001-70 du 29 janvier 2001 relative à la reconnaissance du génocide arménien de 1915

Degrading Turkish Nation, State of Turkish Republic, the Organs and Institutions of the State. Article 301 (Amended on 30/4/2008 –By Article 1 of the Law no. 5759) - Penal Code of Turkey

Peace Treaty between Armenia and Turkey, signed at Alexandropol – december 3, 1920

Section 907 of the Freedom Support Act (Public Law 102-511). Washington DC, 24 October 1992

The Treaty of Friendship and Neutrality, signed on December 17, 1925.

The Treaty of Kars – october 13, 1921

The Treaty of Moscow - march 16, 1921

The Treaty of Peace between the allied and associated powers and Turkey, signed at Sèvres – august 10, 1920

The Treaty of Peace with Turkey, signed at Lausanne – july 24, 1923

United Nations Security Council Resolution 853

United Nations Security Council Resolution 822

U.S. Assistance to Nagorno Karabakh - Public Law 105-118